VI Congresso de Direito de Autor e Interesse Público

LIVRETO

GEDAI EDITORA

C749q Congresso de Direito de Autor e Interesse Público (4. : 2012 : Florianópolis, SC)
Anais do VI Congresso de Direito de Autor e Interesse Público - LIVRETO. – Florianópolis: UFSC : EDITORA GEDAI, 2012.
54 p.

Edição em formato impresso e digital
Disponível em: www.direitoautoral.ufsc.br
ISSN: 2178-745X

Conselho Editorial
Allan Rocha
Carlos Affonso Pereira de Souza
Carol Proner
Marcos Wachowicz
Denis Borges Barbosa
Gonzaga Adolfo
José Augusto Fontoura Costa
José de Oliveira Ascensão
Leandro Mendonça

Capa (imagem) Postmix

Capa (diagramação) Emmy Pereira Otani

Diagramação Emmy Pereira Otani
Rodrigo Otávio Cruz e Silva

Revisão Emmy Pereira Otani , Guilherme Crepaldi Formanski
Rodrigo Otávio Cruz e Silva , Amanda Madureira

Textos Marcos Wachowicz , Amanda Madureira , Rodrigo O. C. e Silva

Endereço UFSC – CCJ - 2º andar – Sala 216
Campus Universitário – Trindade
CEP: 88036-970 - Florianópolis – SC
E-mail: gedai.ufsc@gmail.com
Site: www.direitoautoral.ufsc.br
EDITORA GEDAI - PREFIXO EDITORIAL 66079

Esta obra é distribuída por meio da Licença
Creative Commons 3.0

Atribuição/Uso Não-Comercial/Vedada a Criação de Obras Derivadas / 3.0 / Brasil

Sumário

1. Apresentação 4

1.1 O Grupo de Estudos em Direito Autoral e Informação da Universidade Federal de Santa Catarina (GEDAI/UFSC) 7

1.2 O VI Congresso de Direito de Autor e Interesse Público (VI CODAIP) 9

1.3 Informações Básicas 10

1.4 Metodologia – evento gratuito 10

1.6 Organização 13

1.7 Contatos 14

2. Programação do VI CODAIP 15

2.1 Primeiro Dia – 8 de outubro de 2012 16

2.2 Segundo Dia – 9 de Outubro de 2012 22

3. Expositores 29

4. Artigos Selecionados 39

4.1 Temas de Direito Autoral e Sociedade Informacional 41

4.2 Direito Autoral, Economia Criativa e Novas TIC's 43

5. Locais do Evento 46

6. Informações Úteis 47

6.1 Opções de Restaurantes 47

6.2 Hospedagem 49

6.3 Agências de Viagens habilitadas 50

6.4 Opções de lazer 50

6.5 Telefones úteis: 51

A EDITORA GEDAI está vinculada ao Grupo de Estudos de Direito de Autor e Informação - GEDAI tendo por objetivo a divulgação da produção acadêmica, em especial dos pesquisadores (discentes ou docentes) participantes dos programas de pós-graduação na área do Direito da Propriedade Intelectual.

1. Apresentação

O **Congresso de Direito de Autor e Interesse Público (CODAIP), promovido pelo Grupo de Estudos de Direitos Autorais e Informação – GEDAI,** tem como objetivo principal propiciar o intercâmbio de informações e a reflexão sobre os temas relacionados à propriedade intelectual. A cada ano, o **CODAIP** se consolida como um importante espaço de discussão no campo do Direito Autoral e do interesse público trazendo ao debate questões relativas ao acesso à informação, à educação, à cultura e ao desenvolvimento.

Com uma abordagem interdisciplinar e enfocando os aspectos jurídicos, sociológicos, tecnológicos e econômicos, acreditamos que o Direito Autoral deve estimular a difusão do conhecimento e, nessa perspectiva, repensar os mecanismos jurídicos adequados para sua efetiva tutela é um desafio na Sociedade da Informação.

Atualmente a importância dos debates sobre o Direito Autoral na sociedade contemporânea tem apontado para um repensar dos instrumentos e mecanismos jurídicos adequados para sua efetiva tutela.

Em sua 6ª edição, o CODAIP possui como eixo principal a temática da Economia Criativa no Brasil. Essa nova Economia pautada nos valores simbólicos de uma sociedade tem sido apresentada como uma das potencialidades econômicas no campo das políticas públicas e na afirmação da identidade cultural de um país. Por essa razão, optamos em estruturar o congresso a partir dos seguintes eixos temáticos:

(i) **DIREITOS AUTORAIS E A ECONOMIA CRIATIVA**: perspectivas para o desenvolvimento;

(ii) **DIREITO AUTORAL EM DEBATE**: Temas de direito autoral e conexos;

(iii) **OFICINA DE DIREITO AUTORAL E ECONOMIA CRIATIVA**: Capacitação para o mercado cultural, destinada aos produtores culturais;

(iv) **WORKSHOP**: Recursos educacionais abertos.

O **VI CODAIP** contará durante os dias 8 e 9 de outubro do corrente ano, com expressiva participação de pesquisadores de outros países que, em avanço na discussão da Economia Criativa, poderão fortalecer o debate acerca dos bens intangíveis e da Propriedade Intelectual.

Contará com a presença do jurista **José de Oliveira Ascensão**– Universidade Clássica de Lisboa/UL/ Portugal, para abertura e o encerramento dos debates, além contar com a participação de outros destacados juristas como **Guillermo Palao Moreno** – Universidade de Valência/Espanha, **Dário Moura Vicente** – Universidade Clássica de Lisboa/UL/ Portugal, **Valentina Delich** – FLACSO/Argentina, **Pedro de Miguel Asensio** – Universidade Complutense de Madrid/Espanha, **Julio Raffo** – FLACSO/Argentina**, Karin Grau-Küntz** – IBPI/ Alemanha, **Francisco Sierra Caballero** – Universidade Sevilha/Espanha

O **VI COIDAP** se realiza no Espaço Cultural da Capela Santa Maria, na praça Santos Andrade no centro da capital paranaense, promovido pelo o **Grupo de Estudos de Direitos Autorais e Informação (GEDAI)** em parceria com a **Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná - UFPR**.

Neste ano, o evento conta com a parceria da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná – UFPR e terá uma dinâmica diferente em sua programação. Isto porque o congressista poderá participar concomitantemente da programação prevista para o Espaço Cultural da Capela Santa Maria como também das palestras que terão lugar no auditório do Hotel Mabu, ambos situados na Praça Santos Andrade (basta olhar o mapa ao final do livreto). Apenas a Oficina para os gestores culturais e o Workshop Recursos Educacionais Abertos terão vagas limitadas.

Pela manhã, no SESC Paço da Liberdade, na praça Generoso Marques, ocorrerá a Oficina destinada aos Gestores Culturais. Já o Mabu Hotel concentrará o Workshop sobre Recursos Educacionais Abertos, também pela manhã e, à tarde, o Direito Autoral em Debate, que é um espaço dedicado à discussão dos desafios dos direitos autorais em várias áreas, tais como: Direito Concorrencial, Novas Tecnologias da Informação, Cultura, Educação, Políticas Culturais, Inovação e Conhecimento e a Sessão de apresentação dos artigos selecionados.

O Congresso de Direito de Autor e Interesse Público tem o apoio do Ministério da Cultura, através da Diretoria dos Direitos Intelectuais – DDI e da Secretaria de Economia Criativa além da Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal de Ensino Superior – CAPES.

Agradecemos também todo o apoio recebido da Secretaria de Cultura do Estado do Paraná, da Fundação Cultural de Curitiba e do SESC Paço da Liberdade que viabilizaram e divulgaram o evento.

A Coordenação Científica agradece a todos que contribuíram direta e indiretamente para a realização do VI Congresso de Direito de Autor e Interesse Público, cuja pronta colaboração e empenho são marcas indissociáveis da superação das dificuldades da construção deste projeto coletivo.

A todos o nosso muito obrigado!

Coordenação Científica:

Prof. Dr. **Marcos Wachowicz** – GEDAI/UFSC

Prof. Dr. **Marcia Carla Pereira Ribeiro** – UFPR/PUCPR

Prof. Dr. **José Augusto Fontoura Costa** – USP/UniSantos

Prof. Dr. **Carol Proner** – UniBrasil

1.1 O Grupo de Estudos em Direito Autoral e Informação da Universidade Federal de Santa Catarina (GEDAI/UFSC)

O Grupo de Estudos de Direitos Autorais e Sociedade da Informação – GEDAI foi constituído em maio de 2007 tendo como finalidade principal estudo da Propriedade Intelectual na Sociedade da Informação.

O GEDAI vem buscando, através de estudos comparativos do sistema internacional de direitos autorais e industriais, da análise dos processos de concretização dos direitos culturais e diversidades culturais e da reflexão sobre a regulamentação dos direitos intelectuais frente aos desafios da Sociedade da Informação, alcançar alguns objetivos:

- Compreender os efeitos do direito fundamental à cultura e diversidade cultural na sociedade contemporânea, analisando os limites dos direitos autorais na tutela dos bens imateriais;
- Avaliar as consequências da revolução tecnológica em andamento e do advento da cultura digital sobre a regulamentação dos direitos autorais;
- Identificar o conteúdo da proteção jurídica e o alcance da circulação da produção cultural desenvolvida nas instituições públicas;

O Grupo GEDAI reúne pesquisadores, mestres e doutores que dedicam seus estudos nas diversas áreas da Propriedade Intelectual, nas seguintes linhas de pesquisa:

- **Propriedade Intelectual** – Inovação e Conhecimento: analisar a tutela jurídica dos novos bens intelectuais advindos da nova Tecnologia da Informação com vistas ao desenvolvimento socioeconômico que promova inovação, inclusão tecnológica e difusão do conhecimento.
- **Direito Autoral: Direitos Fundamentais e Diversidade Cultural** – compreender os efeitos do direito fundamental à cultura sobre os limites dos direitos autorais; a proteção e circulação da produção cultural desenvolvida nas instituições públicas; os papéis da cidadania cultural no processo de inclusão social; a função do Estado em matéria cultural, as políticas públicas de cultura e a regulamentação jurídica dos direitos culturais.
- **Economia Criativa: Propriedade Intelectual e Desenvolvimento** – estudar o Direito Autoral enquanto instrumento jurídico capaz de servir como marco regulatório para a formulação de políticas públicas a fim de fortalecer as indústrias criativas e dinâmicas, com vista a uma Economia Criativa sustentável para o país.
- **Regime Internacional de Propriedade Intelectual: Tratados e Organizações Internacionais** (OMC, OMPI e UNESCO) – avaliar o Sistema Internacional de Tutela da Propriedade Intelectual face a revolução tecnológica da informação, das novas formas de comunicação, de expressão, de produção de bens intelectuais e de que maneira as novas redes sociais na Internet possibilitam a socialização do conhecimento.
- **Sociedade da Informação: Democracia e Inclusão Tecnológica** – analisar as novas formas de criação de bens intelectuais (obras colaborativas), de transformação criativa (*samplers*), de distribuição/compartilhamento advindas das redes sociais (P2P), e a socialização do conhecimento enquanto paradigma da cultura digital sobre a regulamentação dos diretos autorais.
- **Direitos das Novas Tecnologias da Informação e Comunicação** (TIC's): identificar o conteúdo da proteção jurídica e o alcance da circulação da produção cultural desenvolvida nas instituições públicas e do regime de concorrência aplicado às novas mídias na Internet.
- **Propriedade Intelectual e Direito Concorrencial** – compreender a interface do direito concorrencial e da propriedade intelectual nos novos modelos de negócios na Sociedade da Informação com foco no desenvolvimento dos setores produtivos da Economia Criativa.

Ainda, visando intensificar o intercambio da pesquisa no Brasil, o GEDAI envolve-se em projetos com outras equipes acadêmicas de diversas instituições de ensino superior e de pesquisas brasileiras. Como exemplo, tem-se o PROCAD – Sociedade da Informação: Democracia, Desenvolvimento e Inclusão Tecnológica e o PROCULTURA – Direitos Culturais e o Desafio da Regulamentação dos Direitos.

Os resultados esperados pelo trabalho dos pesquisadores do GEDAI podem ser relacionados nos seguintes aspectos:

Produção científica e orientação acadêmica:

1. Pesquisa científica desenvolvida por meio de artigos, monografias, dissertações e teses buscam o enfrentamento dos desafios para direitos intelectuais diante do novo ambiente tecnológico advindo pela Revolução da Tecnologia da Informação.
2. A orientação acadêmica está de conformidade com as diretrizes do Programa de Pós-Graduação em Direito (PPGD) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), que consolidou-se como um dos mais conceituados do país, o qual possui atualmente.
3. A orientação acadêmica no que tange ao Curso de Direito da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC se desenvolve através do estímulo a pesquisa na área do Direito da Propriedade Intelectual, seja na proposta de projetos de iniciação científica, no estimulo de pesquisas monográficas ou na docência das disciplinas de propriedade intelectual em cursos regulares ou de capacitação interna dos servidores da UFSC.

Divulgação das pesquisas e dos trabalhos:

(i) A divulgação da pesquisa se realiza através da publicação de contribuições dos integrantes do GEDAI em revistas especializadas e na elaboração de obras coletivas organizadas com tal finalidade.

(ii) Dá-se também por meio do da plataforma digital: http://www.direitoautoral.ufsc.br

(iii) Elaboram-se boletins informativos em formato digitais enviados para a comunidade científica e para as listas de discussões de especialistas nacionais e estrangeiras. O boletim é um veículo de informação, que aborda mudanças legislativas, tendências jurisprudenciais e atualizações bibliográficas recentes na área do direito intelectual.

(iv) Promove-se eventos, tais como, workshops, seminários, simpósios e congressos organizados sempre para a promoção e ampliação das discussões temáticas ligadas à linha de pesquisa do GEDAI. Exemplo disso é a realização anual o Congresso de Direito de Autor e Interesse Público.

Produção de trabalhos em parceria / intercâmbio

1. O GEDAI promove a formação de recursos humanos de alto nível integrando os programas de mestrado/doutorado por meio de intercâmbio.

2. O GEDAI realiza o intercâmbio científico por intermédio do envolvimento de equipes acadêmicas de diversas instituições de ensino superior e de pesquisa brasileiras ou estrangeiras.

3. O GEDAI realiza atividades em parceria com o setor produtivo por meio de projetos desenvolvidos com esta finalidade tendo como objetivo a interação da pesquisa aplicada produzida no âmbito acadêmico e o setor produtivo.

1.2 O VI Congresso de Direito de Autor e Interesse Público (VI CODAIP)

O **Grupo de Estudos de Direito de Autor e Informação – GEDAI** em parceria com a **Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná - UFPR** realizam o **VI Congresso de Direito de Autor e Interesse Público**, em Curitiba, nos dias 8 e 9 de outubro de 2012.

O VI CODAIP representa um importante passo para a retomada da presença do Estado na formulação de políticas públicas para um tema cada vez mais contemporâneo e estratégico num contexto de ambiente digital e convergência tecnológica.

No transcorrer do evento abordar-se-ão temas que têm sido objeto de ampla discussão no Brasil e no exterior na área do Direito de Autor:

Direito Autoral – Inovação e Conhecimento

Direito Autoral e a Novas Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC's)

Direito Autoral e Diversidade Cultural

Direito de Autor e a Função Social

Direito de Autor e Acervos Digitais

Direito de Autor e Acesso à Cultura

Direito de Autor e Cultura Digital

Direito de Autor e Dignidade Humana

Direito de Autor e Direito Concorrencial

Direito de Autor e Direito do Consumidor

Direito de Autor e Direitos Fundamentais

Direito de Autor e Domínio Público

Direito de Autor e Economia Criativa

Direito de Autor e expressões artísticas

Direito de Autor e Internet

Direito de Autor e Liberdade de Criação

Direito de Autor e Licença Não-Voluntária

Direito de Autor e novos modelos de Negócio

Direito de Autor e Prazo de Proteção

Direito de Autor e projetos de Digitalização

Direito de Autor e Sociedade da Informação

Direito de Autor e Transformação Criativa

Direito de Autor no cenário Internacional

A metodologia adotada privilegia a apresentação das palestras individuais em temas específicos, em painéis temáticos compostos por expositores e um moderador, ao que será seguido de debate geral, provocado por perguntas ou observações dos participantes.

1.3 Informações Básicas

A inscrição para o VI CODAIP possibilita também a participação no WORKSHOP sobre Recursos Educacionais Abertos (REA) e para as OFICINAS DE CAPACITAÇÃO para o Mercado Cultural, que deverão ser realizadas pela internet no site do evento.

CREDENCIAMENTO:

O credenciamento no VI CODAIP será realizado no primeiro dia do evento a partir das 8hrs.

FREQÜENCIA:

Haverá controle de frequência durante a realização do VI CODAIP, principalmente nos WORKSHOPS e OFICINAS tendo em vista que suas vagas estão limitadas até a capacidade do auditório de 50 lugares.

CERTIFICADOS:

Serão emitidos certificados de 20horas aulas.

LOCAIS DO EVENTO:

Para realização do evento serão utilizados os auditórios:

EVENTO	LOCAL	DIAS	PERÍODO
VI CODAIP	**Espaço cultural da Capela Santa Maria**	8 e 9 de outubro	Matutino e Vespertino
Direito Autoral em debate	**Auditório 1 do MABU HOTEL**	8 e 9 de outubro	Vespertino
Workshop REA	**Auditório 1 do MABU HOTEL**	9 de outubro	Matutino
Oficina de Capacitação para o mercado cultural	**Auditório do SESC Paço da Liberdade**	8 e 9 de outubro	Matutino
Apresentação de artigos	**Auditório 2 do MABU HOTEL**	8 e 9 de outubro	Vespertino

1.4 Metodologia – evento gratuito

A metodologia adotada no **VI Congresso de Direito de Autor e Interesse Público**, foi estruturada a partir das seguintes temática:

(i) Direitos Autorais e Economia Criativa perspectivas para o desenvolvimento,
(ii) Direitos Autorais em Debate;
(iii) Temas de Direito Autoral e Conexos; e,
(iv) Oficina de Direito Autoral e Economia Criativa
(v) Workshop sobre Recursos Educacionais Abertos (REA)

Durante os dois dias de evento as apresentações das mesas de trabalho, oficinas e workshops serão **concomitantes** nos seguintes auditórios:

- **Auditório Santa Maria – Praça Santos Andrade**
  - Endereço: Praça Santos Andrade - Rua Conselheiro Laurindo, 273 Fone:(41) 3321-2840 – site: www.icac.org.br

- **Auditório Mabu Hotel – Praça Santos Andrade**
  - Endereço:Praça Santos Andrade – Rua Quinze de Novembro, 830 Fone: (41) 3219-6000

- **Salão Nobre da Faculdade de Direito da UFPR – Praça Santos Andrade**
  - Endereço: Praça Santos Andrade, n. 50, primeiro andar - Centro Fone: (41) 3310 2750 / (41) 3310 2688

- **Auditório do SESC Paço da Liberdade – Praça Generoso Marques**
  - Endereço Praça Generoso Marques, n. 189 – Centro – Curitiba – Fone: (41) 3234 4200

A dinâmica das mesas de palestras e painéis serão as seguintes:

- As apresentações das palestras sobre DIREITOS AUTORAIS E ECONOMIA CRIATIVA PERSPECTIVAS PARA O DESENVOLVIMENTO serão no Auditório Santa Maria, nos períodos matutino e vespertino, durantes os dias 8 e 9 de outubro.
- A OFICINA DE ECONOMIA CRIATIVA será realizada no Auditório do SESC Paço da Liberdade, Praça Generoso Marques, no período matutino, nos dias 8 e 9 de outubro.
- As apresentações dos painéis do DIREITO AUTORAL EM DEBATE serão no Auditório 1 do Mabu Hotel, no período vespertino.
- As APRESENTAÇÕES DOS ARTIGOS SELECIONADOS serão nas dependências da UFPR e no Auditório 2 do Mabu Hotel, no período vespertino, nos dias 8 e 9 de outubro.
- O WORKSHOP SOBRE RECURSOS EDUCACIONAIS ABERTOS (REA) será realizado no Auditório 1 do Mabu Hotel, no período matutino do dia 9.

OFICINA DE ECONOMIA CRIATIVA – Capacitação de Gestores Públicos

Durante os dois dias de evento, as oficinas serão destinadas **exclusivamente** para capacitação de gestores públicos que atuam em setores criativos.

As oficinas serão ministradas por acadêmicos e profissionais em parceria com o Ministério da Cultura.

O objetivo das oficinas é potencializar as políticas públicas no setor cultural e tem como eixo o desenvolvimento e a busca de soluções compartilhadas com a sociedade.

As Oficinas de Direito Autoral e Economia Criativa serão realizadas exclusivamente no Auditório do Museu do Paço, no período matutino, nos dia 8 e 9 de outubro.

MATERIAL IMPRESSO/DIGITAL E AUDIOVISUAL

Realizar-se-á a produção de material impresso/digital e audio-visual que será produzido após o término das palestras, dos painéis, das oficinas e das apresentações dos trabalhos, com os seguintes resultados:

a) **TEXTO CONSOLIDANDO OS DEBATES DAS MESAS** - Os moderadores de cada uma das mesas redigirão um texto consolidando de forma sintética os principais tópicos das palestras e dos debates ocorridos durante a realização do evento. Todo o material coletado será transcrito para posteriormente constar dos Anais do evento;

b) **CONCLUSÕES ORAIS NO FINAL DAS MESAS** - Caberá aos moderadores apresentar até o final do evento um relatório dos debates ocorridos durante os painéis com as conclusões finalizadas oralmente em cada mesa.

c) **PRODUÇÃO DE MATERIAL** - A publicação de todo o material produzido será em meio digital, impresso e áudio-visual.

d) **DISPONIBILIZAÇÃO PELA INTERNET** - A captura e disponibilização pela internet das imagens das palestras e dos painéis.

e) **PUBLICAÇÃO DE ANAIS E LIVROS** - Serão produzidos ao final os anais com os artigos e livros com os trabalhos apresentados durantes a realização do VI Congresso de Direito de Autor e Interesse Público.

Maiores informações podem ser obtidas pelo site www.direitoautoral.ufsc.br

1.5 Realização

Grupo de Estudos de Direito Autoral e Informação (GEDAI)

Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná (UFPR)

1.6 Organização

Coordenação Científica:

Prof. Dr. **Marcos Wachowicz** – GEDAI/UFSC

Prof. Dra. **Marcia Carla Pereira Ribeiro** – UFPR/PUCPR

Prof. Dr. **José Augusto Fontoura Costa** – USP/UniSantos

Profa. Dra. **Carol Proner** – UniBrasil

Quadro de Avaliadores dos artigos submetidos para o VI CODAIP:

Os artigos científicos submetidos são recepcionados pelo método "duplo blind review", que possibilita a análise inominal dos artigos, garantindo segurança tanto para o(s) autor(es), quanto para os avaliadores.

Esse método ainda exige a avaliação do artigo científico por dois ou mais avaliadores.

Prof. Dr. **Allan Rocha**

Prof. Dr. **Carlos Affonso Pereira de Souza**

Prof. Dr. **Gonzaga Adolfo**

Prof. Dr. **Jorge Renato dos Reis**

Prof. Dr. **José Augusto Fontoura Costa**

Prof. Dr. **Leandro Mendonça**

Prof. Dr. **Sérgio Staut**

Profa. Dra. **Carla Caldas**

Profa. Dra. **Carol Proner**

Profa. Dra. **Marcia Carla Pereira Ribeiro**

Secretaria Geral:

Amanda Madureira

Emmy Pereira Otani

Guilherme Crepaldi Formanski

Sarah Helena Linke

Equipe GEDAI:

Mestres:

Alexandre Pesserl

Amanda Madureira

Christiano Lacorte

Francisco Viegas Neves da Silva

Guilherme Coutinho

Heloísa Medeiros

Rangel Trindade

Mestrandos:

Rodrigo Otávio Cruz e Silva

Doutorandos:

Liz Beatriz Sass

Graduandos:

Emmy Pereira Otani

Guilherme Crepaldi Formanski

Sarah Helena Linke

Thiago Ruis Morales

1.7 Contatos

Site: www.direitoautoral.ufsc.br

E-mail: gedai.ufsc@gmail.com

Telefone: (48) 3721-6746

Twitter: @gedaiufsc

2. Programação do VI CODAIP

VI CONGRESSO DE DIREITO AUTORAL E INTERESSE PÚBLICO

DIAS 8 E 9 DE OUTUBRO DE 2012

CURITIBA - PARANÁ

DIREITOS AUTORAIS E A ECONOMIA CRIATIVA

PERSPECTIVAS PARA O DESENVOLVIMENTO

LOCAL: AUDITÓRIO DA CAPELA SANTA MARIA (PRAÇA SANTOS ANDRADE)

DIREITO AUTORAL EM DEBATE

TEMAS DE DIREITO AUTORAL E CONEXOS

LOCAL: AUDITÓRIO DO MABU HOTEL (PRAÇA SANTOS ANDRADE)

WORKSHOP

RECURSOS EDUCACIONAIS ABERTOS

LOCAL: AUDITÓRIO DO MABU HOTEL (PRAÇA SANTOS ANDRADE)

OFICINA DE DIREITO AUTORAL E ECONOMIA CRIATIVA

CAPACITAÇÃO PARA O MERCADO CULTURAL

LOCAL: AUDITÓRIO DO SESC PAÇO DA LIBERDADE (PRAÇA GENEROSO MARQUES)

2.1 Primeiro Dia – 8 de outubro de 2012

DIREITOS AUTORAIS E A ECONOMIA CRIATIVA

PERSPECTIVAS PARA O DESENVOLVIMENTO

LOCAL: AUDITÓRIO DA CAPELA SANTA MARIA (PRAÇA SANTOS ANDRADE)

8:00 CREDENCIAMENTO

8:30 – CERIMÔNIA DE ABERTURA

– PROFA. DRA. **ROSELANE NECKEL** / MAGNÍFICA REITORA DA UNIV. FED. DE SANTA CATARINA – UFSC
– PROF. DR. **ZAKI AKEL SOBRINHO** / MAGNÍFICO REITOR DA UNIV. FEDERAL DO PARANÁ – UFPR
– **MINISTRA DA CULTURA** – MINC / MINISTÉRIO DA CULTURA
– SECRETÁRIO DR. **PAULINO VIAPIANA** – SECRETÁRIO DA CULTURA / ESTADO DO PARANÁ
– PRESIDENTE DRA. **ROBERTA STORELLI** – FUNDAÇÃO CULTURAL DE CURITIBA
– DR. **JOSÉ LUCIO GLOMB** / PRES. DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO PARANÁ - OABPR
– DR. **CARLOS EDUARDO MANFREDINI HAPNER** / PRES. DO INST. DOS ADVOGADOS DO PARANÁ
– PROF. DR. **SERGIO SCHEER** / PRÓ-REITOR DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO (PRPPG/UFPR)
– PROFA. DRA. **OLGA MARIA DE OLIVEIRA** / DIR. DO CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS CCJ - UFSC
– PROF. DR. **RICARDO MARCELO FONSECA** / DIR. CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS CCJ- UFPR
– PROF. DR. **JOSÉ A. PERES GEDIEL** / COORD. DA PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO – PPGD – UFPR

COORDENADORES CIENTÍFICOS DO CONGRESSO:

- PROF. DR. **MARCOS WACHOWICZ** – GEDAI/UFSC
- PROFA. DRA. **MARCIA CARLA PEREIRA RIBEIRO** – UFPR/PUCPR
- PROF. DR. **JOSÉ AUGUSTO FONTOURA COSTA** – USP/UNISANTOS
- PROFA. DRA. **CAROL PRONER** – UNIBRASIL

PALESTRA DE ABERTURA

9:00 - ABERTURA:
MODERADOR: PROF. DR. **SÉRGIO LUIZ KUKINA** / PROCURADOR DE JUSTIÇA NO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

PALESTRANTE – PROF. DR. **JOSÉ DE OLIVEIRA ASCENSÃO** – PRES. DA ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE PROPRIEDADE INTELECTUAL - APPI / UNIV. CLÁSSICA DE LISBOA – UL/PORTUGAL

10:15 - INTERVALO

10:30 - PAINEL I: **DIMENSÕES DO DIREITO AUTORAL NA ECONOMIA CRIATIVA**
ASPECTOS ECONÔMICOS / ASPECTOS SOCIAIS / ASPECTOS CULTURAIS

TEMÁTICA DO PAINEL:
A Economia Criativa é um conceito que tem encampado as discussões na área das Políticas Culturais, Economia e Direito. O uso da criatividade como um valor simbólico que pode proporcionar desenvolvimento à sociedade tem servido de justificativa no combate às vicissitudes na seara econômica de um país. Nesse ponto o Direito Autoral exerce papel fundamental. Dada a sua dimensão é

uma oportunidade de renda e melhora do comércio nos países em desenvolvimento ao conciliar crescimento econômico, criação de empregos e receitas de exportação, com promoção da diversidade cultural, inclusão social e desenvolvimento humano. A partir do Direito Autoral a tutela legal da criatividade pode garantir às pessoas o acesso a um ambiente profícuo de ideias e assim estimular o surgimento de novos saberes e com eles a promoção do desenvolvimento social, econômico e cultural no seio da Economia Criativa. Por isso a relevância do Direito Autoral para o acesso à cultura, à diversidade, à informação e ao conhecimento.

MODERADOR: PROF. DR. **JOSÉ ANTONIO PERES GEDIEL** – PPGD/UFPR
PALESTRANTE – PROF. DR. **FREDERICO AUGUSTO BARBOSA DA SILVA** – IPEA
PALESTRANTE – PROF. DR. **DARIO MOURA VICENTE** – UL/PORTUGAL
PALESTRANTE – PROF. DR. **MARCOS WACHOWICZ** – GEDAI/UFSC

12:30 - ALMOÇO

TARDE

14:00 – CASE 1
ESTUDO DE CASO: **DIREITO AUTORAL *VS* REGISTRO DIGITAL**
TEMÁTICA DO CASO:
A infraestrutura disponível para o registro de obras no Brasil não corresponde à velocidade com que as novas tecnologias tem adentrado no país. Ao mesmo tempo em que torna-se imperiosa uma reformulação nos serviços de registro, a arquitetura dos serviços tem ser dinâmica e, por que não, flexível. Várias são as tentativas como a implementação de uma licença pública que contemple as especificidades da circulação em meio digital, que poderá ser definida pelo próprio autor no ato de registro de sua obra. A questão central será: Como tal licença deverá ser construída de forma a permitir ao detentor dos direitos da obra definir o grau de proteção, e/ou de incentivo à circulação, conforme sua disposição pessoal. E, ainda, uma vez implementada, a plataforma de registro unificado com licença pública poderá ela prover a necessária segurança jurídica aos autores interessados em explorar arranjos diferenciados de proteção autoral? Com o Registro Unificado Digital no Brasil ter-se-á condições de gerar os indicadores necessários à avaliação de desempenho destes novos modelos, provendo informações valiosas para futuros investimentos em circulação de conteúdos no meio digital?

MODERADOR: PROF. DR. **RODRIGO KANAYAMA** – UFPR
EXPOSITOR: **JOSÉ MURILO BARBOSA** – MINC
DEBATEDORES:
A) PROF. DR. **BRUNO LEWICKI** – ABDI (ASSOC. BRASILEIRA DE DIREITO DA INTERNET)
B) PROF. DR. **JAURY N. DE OLIVEIRA** – BIBLIOTECA NACIONAL
C) PROFA. DRA. **ELISÂNGELA DIAS MENEZES** – UNI-BH E UNA

14:30 - ATIVIDADES CULTURAIS LANÇAMENTO DE LIVROS

- **FUTUROS POSSÍVEIS - MÍDIA, CULTURA, SOCIEDADE, DIREITOS** – Ronaldo Lemos
- **A GESTÃO COLETIVA DOS DIREITOS AUTORAIS DA MÚSICA NO BRASIL:** A ATUAÇÃO DO ESCRITÓRIO DE ARRECADAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO (ECAD) – SIDNEY FILHO

15:00 - PAINEL II: **SETORES CRIATIVOS E NOVOS MODELOS DE DESENVOLVIMENTO**
TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO/DIREITOS AUTORAIS / VALOR AGREGADO

TEMÁTICA DO PAINEL:

No coração da Economia Criativa estão os setores criativos, considerados dos mais dinâmicos e valorizados no comércio global. Compreendem os ciclos de criação, produção e distribuição de bens e serviços que se utilizam de criatividade e capital intelectual como insumos primários na nova economia. Hoje a criatividade, mais do que trabalho e capital, ou mesmo tecnologias tradicionais, está profundamente enraizada no contexto cultural de cada país. Excelência em expressão artística, abundância de talento, e abertura para novas influências e experimentações não são privilégios de países ricos, é por isso que na nova economia também o desenvolvimento dos países menos desfavorecidos passa pelo reconhecimento de seus potenciais criativos e por políticas que valorizem a cultura e o conhecimento de seu povo.

MODERADOR: PROF. DR. **CESAR ANTONIO SERBENA** - UFPR
PALESTRANTE – PROF. DR. **RONALDO LEMOS** – FGV/CTS/RIO
PALESTRANTE – PROF. DR. **FRANCISCO SIERRA CABALLERO** – UNIVERSIDADE DE SEVILHA/ESPANHA

16:15 - INTERVALO

16:30 - PAINEL III: **DIREITO AUTORAL E O CENÁRIO INTERNACIONAL**
REGIME JURÍDICO/ TENDÊNCIAS/ DESENVOLVIMENTO

TEMÁTICA DO PAINEL:

No ano de 2012 o cenário internacional do Regime Jurídico da Propriedade Intelectual passou por grandes e intensos debates, revelando novas tendências e posicionamentos da sociedade civil com relação a questões polêmicas referentes a projetos americanos. Como ficaram conhecidos mundialmente pela Internet os projetos *SOPA* e *PIPA*, que em síntese, outorgariam às indústrias do entretenimento o poder de intervenção direta em qualquer site que estivesse veiculando conteúdo de propriedade intelectual de terceiros. Manifestações pela Internet foram intensas, sites como *Wikipedia, Boingboing* e *WordPress* fizeram "*blackouts*" como forma de protesto. É por isso que a construção de uma sociedade preocupada com a vida social da informação perpassa por esses debates, em que o direito de autor está cada vez mais ligado à cultura, ao conhecimento e à informação.

MODERADOR: PROF. DR. **SÉRGIO STAUT** – UFPR
PALESTRANTE – PROF. DR. **GUILLERMO PALAO MORENO** – UNIV.DE VALENCIA /ESPANHA
PALESTRANTE – PROF. DR. **DENIS BORGES BARBOSA** - IBPI
PALESTRANTE – PROF.DR.**PEDRO DE MIGUEL ASENSIO**–UNIV. COMPLUTENSE DE MADRID/ESPANHA
PALESTRANTE – PROFA. DRA. **MONICA GUISE** – FGV/SP

OFICINA DE DIREITO AUTORAL E ECONOMIA CRIATIVA

CAPACITAÇÃO PARA O MERCADO CULTURAL

MINC / GEDAI

LOCAL: AUDITÓRIO DO SESC PAÇO DA LIBERDADE (PRAÇA GENEROSO MARQUES)

VAGAS LIMITADAS A 50 PESSOAS

APOIO:

AMANDA MADUREIRA / RODRIGO OTÁVIO CRUZ E SILVA / LIZ SASS / RODRIGO VIEIRA COSTA / GUILHERME COUTINHO / ALEXANDRE PESSERL / CHRISTIANO LACORTE / RANGEL TRINDADE / HELOISA MEDEIROS / FRANCISCO V. N. DA SILVA / SARAH LINK / EMMY OTANI / GUILHERME C. FORMANSKI / THIAGO RUIS / DANIELLE ANNONI

MINISTRANTES DAS OFICINAS:

- **CLAUDIO D´IPOLITTO -** COORDENADOR DO MBA EM GESTÃO E PRODUÇÃO CULTURAL COM ÊNFASE EM ECONOMIA CRIATIVA - DIALOGOS CULTURA E INOVAÇÃO - FGV RIO. É PROFESSOR DE PRODUÇÃO CULTURAL NA FGV-RIO, COM ÊNFASE EM NOVOS MODELOS DE NEGÓCIO E DE GESTÃO NA ATUAL SOCIEDADE EM REDE. COORDENA PELA EBAPE O MBA EM GESTÃO E PRODUÇÃO CULTURAL DA FGV-RIO. TEM EXPERIÊNCIA EM INOVAÇÃO E EMPREENDEDORISMO, COM ÊNFASE NAS CONEXÕES ENTRE SISTEMAS DE INOVAÇÃO E SISTEMAS DE CULTURA COMO REDES DE APRENDIZAGEM.
- **MARCOS WACHOWICZ –** COORDENADOR DO GRUPO DE ESTUDOS DE DIREITO AUTORAL E INFORMAÇÃO/GEDAI. DOUTOR EM DIREITO PELA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ – UFPR. MESTRE EM DIREITO PELA UNIVERSIDADE CLÁSSICA DE LISBOA/PORTUGAL. PROFESSOR DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA – UFSC.

DIA 8/OUTURBRO /MANHÃ

8:00 - CREDENCIAMENTO

8:30 – ABERTURA DA PRIMEIRA OFICINA
CONSTRUÇÃO DE EMPREENDIMENTOS CRIATIVOS
PLANO DE NEGÓCIOS PARA EMPREENDEDORES CULTURAIS

10:30 – INTERVALO

10:45 – ABERTURA DA SEGUNDA OFICINA
DIVERSIDADE CULTURAL E EMPREENDEDORISMO
GESTÃO DA PRODUÇÃO

12:45 – ENCERRAMENTO

DIREITO AUTORAL EM DEBATE

TEMAS DE DIREITO AUTORAL E CONEXOS

LOCAL: AUDITÓRIOS 1 E 2 DO MABU HOTEL (PRAÇA SANTOS ANDRADE)

PRIMEIRO DIA – 8 DE OUTUBRO DE 2012

TARDE

13:00 - **NO AUDITÓRIO 2 – WORKSHOP COM APRESENTAÇÃO DE *PAPERS* SELECIONADOS**

TEMAS DE DIREITO AUTORAL E SOCIEDADE INFORMACIONAL

MODERADORES: PROF. DR. **ANTONIO C. EFING** – PUCPR / PROFA. DRA.. **CINTHIA O. A. FREITAS** – PUCPR

Márcio Pereira – "Somos todos potencialmente Homo Sacer!": A "subjetividade sem substância" como produto do sistema de direito autoral contemporâneo

Eduarda Simonetti Pase e **Paulo Renato de Morais Silva** – O direito de autor constitucionalizado: apontamentos iniciais cerca das inovações tecnológicas na Sociedade da Informação e seus impactos sobre o direito autoral

Michele Braun e **Grace Kellen de Freitas Pellegrini** - A função social do direito autoral a partir da constitucionalização do direito privado: uma necessidade imperiosa para a concretude do texto constitucional

Grace Laine Pincerato Carreira e Marcia Sadi Haron Cardoso – A constitucionalidade do direito autoral e a lei 9.610/1998 no ordenamento jurídico brasileiro - Autores:

Thaís Carnieletto Muller e **Grace Kellen de Freitas Pellegrini** – Porque o saber se transformou em propriedade? Uma análise de seu surgimento e de seus reflexos na implementação de políticas públicas no Brasil

Fabiano Barreto – Os BRICS e as limitações aos direitos autorais

Rosalice Fidalgo Pinheiro e **Rui Carlos Sloboda Bittencourt** – O autor entre o ser e o ter: caminhando para a repersonalização.

Fernando Previdi Motta – Reflexões sobre os requisitos jurídicos da obra intelectual protegida pelo direito de autor

14:00 - **NO AUDITÓRIO 1**

TEMA I: **DIREITO AUTORAL E DIREITO CONCORRENCIAL**

TEMÁTICA DO PAINEL:
Atualmente as relações que se estabelecem entre o Direito Autoral com o Direito Concorrencial são cada vez mais relevantes para mensurar a dinâmica das Indústrias de Conteúdo que atuam no mercado do entretenimento. Para compreender as ações destas Indústrias como agentes econômicos é

necessário observar as interfaces do direito antitruste e da propriedade intelectual existentes nos novos modelos de negócios na Sociedade da Informação. A análise do Direito Autoral e do Direito Concorrencial é imprescindível para formulação de políticas publicas que tenham como foco o desenvolvimento dos setores produtivos da Economia Criativa.

MODERADOR: PROFA. DRA. **ANGELA KRETSCHMANN** – UNISINOS
PALESTRANTE – PROF. DR. **JOSÉ AUGUSTO F. COSTA** – USP/UNISANTOS
PALESTRANTE – DR. **CRISTIANO BORGES** – MINISTÉRIO DA CULTURA/MINC

15:30 - TEMA II: **DIREITO AUTORAL E NOVAS TIC'S**

TEMÁTICA DO PAINEL:

As novas Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC's) propiciaram o surgimento de novas formas de criação de bens intelectuais (obras colaborativas), de transformação criativa (*samplers*), de distribuição/compartilhamento advindas das redes sociais (P2P), e a socialização do conhecimento enquanto paradigma da cultura digital sobre a regulamentação dos diretos autorais. Novos projetos bibliotecas digitais e novas formas de circulação da produção cultural são desenvolvidas nas instituições públicas num movimento para democratizar o acesso na Sociedade da Informação.

MODERADOR: PROFA. DRA. **CARLA CALDAS** - UFS
PALESTRANTE – PROF. DR. **PEDRO PUNTONI** – USP
PALESTRANTE – PRES. **OMAR KAMINSKI** – IBDI
PALESTRANTE – PROF. DR. **CLÁUDIO LINS DE VASCONCELOS** – ABPI

16:30 - ATIVIDADES CULTURAIS LANÇAMENTO DE LIVROS

- **BIODIREITO E COMBATE A BIOPIRATARIA –** Vanessa Iacomini
- **DIREITO DA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO E PROPRIEDADE INTELECTUAL –** Marcos Wachowicz (org.)
- **DIREITO DE AUTOR OU DE EMPRESÁRIO? –** MÁRCIO PEREIRA

17:00 - TEMA III: **DIREITO AUTORAL: EDUCAÇÃO E CULTURA**

TEMÁTICA DO PAINEL:

A dimensão pública do Direito Autoral ganha importância quando analisada em sua função social, mais especificamente no que tange a educação e a cultura. O desafio para o Direito Autoral é ser um verdadeiro instrumento para o desenvolvimento econômico do país, possibilitando a formulação de políticas de inclusão que tenham como objetivo a democratização ao acesso ao conhecimento e a difusão dos bens culturais.

MODERADOR: PROFA. DRA. **VANESSA IACOMINI**- UFF
PALESTRANTE – PROF. DR. **FRANCISCO HUMBERTO CUNHA FILHO** – UNIFOR
PALESTRANTE – MSC. **JOSÉ ROBERTO LANÇA** – SUPERINTENDENTE DA FUND. CULTURAL DE CURITIBA
PALESTRANTE – PROF. DR. **GONZAGA ADOLFO** – UNISC/ULBRA

2.2 Segundo Dia – 9 de Outubro de 2012

DIREITOS AUTORAIS E A ECONOMIA CRIATIVA

PERSPECTIVAS PARA O DESENVOLVIMENTO

LOCAL: AUDITÓRIO DA CAPELA SANTA MARIA (PRAÇA SANTOS ANDRADE)

SEGUNDO DIA – 9/OUTURBRO /MANHÃ

8:30 - PAINEL
PAINEL IV: **DIVERSIDADE CULTURAL E ENTRETENIMENTO**

DIREITOS AUTORAIS /CULTURAIS / DIVERSIDADE CULTURAL

TEMÁTICA DO PAINEL:
A Diversidade Cultural tem ocupado o cenário político internacional. Empregada em vários contextos, às vezes aproximando-se do conceito de diversidade biológica e de exceção cultural, este princípio tem incorporado uma série de objetivos no campo de decisões políticas visto que engloba múltiplos domínios na seara governamental. Atualmente se vivência um ambiente em que a cada dia surgem novas formas de entretenimento, de criações que transitam desde produtos não propriamente culturais, voltados à distração fácil sem agregar valores ou conhecimentos para seus consumidores, a produtos verdadeiramente culturais ligados à identidade de seu povo. A dificuldade é fazer com que através do entretenimento a cultura seja valorizada. É preciso que as indústrias culturais busquem em seus produtos conjugar cultura, lazer e esporte, e ao mesmo tempo contribuir para o desenvolvimento social, econômico e humano. Não podem as indústrias desenvolver produtos sem qualquer compromisso com o social, com a cultura, produtos destinados a gerar lucros apenas mantendo a atenção e a distração fácil de seus expectadores, é preciso que os empresários do entretenimento não vejam seus produtos apenas como fonte de lucro, mas como criações com responsabilidade sociocultural.

MODERADOR: PROF. DR. **MANOEL EDUARDO A. CAMARGO E GOMES** – UFPR
PALESTRANTE – PROF. DR. **PAULO MIGUEZ** – UFBA
PALESTRANTE – PROFA. DRA. **VALENTINA DELICH** – FLACSO/ARGENTINA
PALESTRANTE – PROFA. DRA **ELIANE Y. ABRÃO** – BRASIL
PALESTRANTE – PROFA. DRA. **SIMONE LAHORGUE** – EMERJ

10:15 - INTERVALO

10:30 - PAINEL V: **BACIAS CULTURAIS E CIDADES CRIATIVAS**
MODELOS DE SUSTENTABILIDADE/MARCOS REGULATÓRIOS

TEMÁTICA DO PAINEL:
A escolha de uma cidade para viver pode estar relacionada tanto a fatores econômicos, como a oportunidade de melhores condições de trabalho e infra-estrutura quanto à qualidade de vida, que compreende diversidade cultural, oferta de espetáculos, museus e a possibilidade de aprimorar os valores dentro da sociedade com sustentabilidade. A economia criativa traz em seu conceito o imperativo do desenvolvimento de cidades que aliam potencial econômico e criativo ao cidadão. As

cidades criativas do futuro serão aquelas que trazem consigo o Talento, a Tolerância e a Tecnologia. Esses três adjetivos oportunizam novas dimensões para o desenvolvimento de potencialidades de cidades no Brasil e estampam as vicissitudes sociais diante das disparidades socioeconômicas nas regiões brasileiras. De norte a sul do país, possibilidades se descortinam através da criação de Bacias Culturais que permitem a diversidade cultural como eixo de sustentabilidade das cidades criativas. A cidade criativa brasileira não possui um modelo único e estático pois cada região brasileira possui uma identidade cultural a qual pode resultar em criatividade. Por essa razão, tão importante quanto identificar os elementos que caracterizam uma cidade criativa é aprimorar modelos sustentáveis no contexto socioeconômico peculiar de cada região brasileira.

MODERADORA: PROFA. DRA. **MARCIA CARLA PEREIRA RIBEIRO** – UFPR
PALESTRANTE – DR. **LUIS ANTONIO GOUVEIA DE OLIVEIRA** – MINC/SEC
PALESTRANTE – PROF. DR. **FREDERICO LUSTOSA** – UFF
PALESTRANTE – PROF. DR. **FÁBIO SCATOLIN** – UFPR

12:30 - ALMOÇO

TARDE

14:00 – CASE 2
ESTUDO DE CASO: EDITORAS DIGITAIS *VS* SOCIALIZAÇÃO DO CONHECIMENTO

TEMÁTICA DO CASO:
Atualmente autores pouco conhecidos no mercado editorial, para que sua obra seja publicada, muitas vezes assinam um contrato com a editora de co-participação com a editora, que impõe a condição do autor comprar 30% da tiragem. Já no caso de autores conhecidos que tenham sua obra esgotada, e se houver desinteresse comercial da editora em reeditar a obra, o autor pela lei atual, nada se poderá fazer. Os livros se esgotam ninguém reedita e o autor que gostaria de ver a sua obra circular tem seu objetivo frustrado e o direito de acesso ao conhecimento negado a sociedade. As novas Editoras Digitais apresentam um novo modelo de negócio que tem atraído inúmeros autores pelos baixos custos da produção e pela facilidade de disponibilização das obras pela internet, mas até que ponto estão essas editoras promovendo difusão e socializando o conhecimento.

MODERADORA: PROFA. DRA. **PAULA A. FORGIONI** – USP
EXPOSITOR: **VICTOR HUGO PEREIRA GONÇALVES** – OAB/SP
DEBATEDORES:
DR. **GUILHERME CARBONI** – USP;
DRA. **IVANA CRIVELLI** – ASPI;
DR. **VICTOR DRUMMOND** – ABPI/ASEDA

15:00 - PAINEL VI: **DIREITO AUTORAL, CULTURA DIGITAL E NOVAS TECNOLOGIAS**
CRIAÇÃO / AUTORIA / COMPARTILHAMENTO / DOMÍNIO PÚBLICO

TEMÁTICA DO PAINEL:
Para muitos futuristas o direito de autor estava com os dias contados na sociedade informacional, principalmente, a partir da disseminação da Internet e das ferramentas digitais. Essa previsão tinha por base a idéia de que a informação deve ser livre. O que se viu desde então foi o desenvolvimento de uma cultural digital em que as novas tecnologias serviram para reafirmar os direitos autorais e o monopólio do autor. Atualmente, o que se busca ainda é o acesso livre, com o desenvolvimento de uma cultura que

incentive a criação, que tutele a autoria e que também viabilize o compartilhamento de conteúdos através das novas tecnologias. A idéia de que a informação deve ser livre continua viva. Livre não significa deixar de respeitar o criador ou de valorizar a criatividade, livre é equilibrar o interesse do autor e o interesse público, é incentivar o surgimento de novas criações e garantir o justo retorno econômico, é garantir o acesso e a socialização da cultura, da informação e do conhecimento.

MODERADOR: PROFA. DRA. **ADRIANA ESPINDOLA CORREA** – UFPR

PALESTRANTE – PROF. DR. **JULIO RAFFO** – ARGENTINA

PALESTRANTE – PROF. DR. **SÉRGIO BRANCO** – FVG/RIO-CTS

PALESTRANTE – PROFA. DRA. **ALESSANDRA TRIDENTE** – PUCSP

17:00 – INTERVALO

17:00 - ATIVIDADES CULTURAIS LANÇAMENTO DE LIVROS

- **O DOMÍNIO PÚBLICO NO DIREITO AUTORAL BRASILEIRO** – SÉRGIO BRANCO
- **MEDIDAS DE FRONTEIRA TRIPS-PLUS E OS DIREITOS DE PROPRIEDADE INTELECTUAL** – HELOISA GOMES MEDEIROS

17:30 - PAINEL VII: **POLÍTICAS PÚBLICAS: MERCADO E DESENVOLVIMENTO**

NOVOS MODELOS / POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCENTIVOS / PAPEL ESTRATÉGICO DOS SETORES CRIATIVOS

TEMÁTICA DO PAINEL:

O desenvolvimento social e econômico no século XXI perpassa necessariamente pelo reconhecimento da Economia Criativa pelos Estados. O Poder Público precisa conhecer a fundo as riquezas culturais e as fontes criativas de seu povo, deve proteger e perceber esses mananciais como oportunidades para o desenvolvimento sustentável – num equilíbrio que conjugue sociedade, cultura, economia e meio ambiente. A promoção de políticas públicas em prol dos setores criativos se justifica pelos números, eles contribuíram com 5,4% do PIB mundial e com 5,9% dos empregos formais em 2011 (OMPI, 2012). No Brasil o número de empregados "criativos" cresceu em média 8,5% ao ano no período de 2006 a 2010 (FIRJAN, 2011). Portanto, os setores criativos se tornaram uma realidade que expõe aos governos a necessidade de mapear suas particularidades. Políticas públicas aos setores criativos devem: proteger a diversidade cultural e investir na educação como fontes de criatividade, promover políticas de incentivos tributários, entender o novo ambiente das relações de trabalho (legislação trabalhista e previdenciária), desenvolver planejamento de Cidades Criativas, e proteger os bens intelectuais respeitando o equilíbrio entre os interesses públicos e privados ao mesmo tempo em que combate o abuso do poder econômico. Estes são apenas alguns dos desafios para o desenvolvimento econômico de um Brasil Criativo.

MODERADOR: PROF. DR. **LUIS ALEXANDRE CARTA WINTER** – PUCPR

PALESTRANTE – PROFA. DRA. **CLÁUDIA LEITÃO** – SECRETÁRIA DA ECONOMIA CRIATIVA DO MINC

PALESTRANTE – DIR. **VALÉRIA M. TEIXEIRA** – DIR. GERAL DA SEC. DA CULTURA DO PARANÁ

PALESTRANTE – PROFA. DRA. **OONA CASTRO** – WIKIMEDIA FOUNDATION

PALESTRANTE – PROFA. DRA. **KARIN GRAU-KÜNTZ** – IBDI

OFICINA DE DIREITO AUTORAL E ECONOMIA CRIATIVA

CAPACITAÇÃO PARA O MERCADO CULTURAL

MINC / GEDAI

LOCAL: AUDITÓRIO DO SESC PAÇO DA LIBERDADE (PRAÇA GENEROSO MARQUES)

VAGAS LIMITADAS A 50 PESSOAS

APOIO:

AMANDA MADUREIRA / RODRIGO OTÁVIO CRUZ E SILVA / LIZ SASS / RODRIGO VIEIRA COSTA / GUILHERME COUTINHO / ALEXANDRE PESSERL / CHRISTIANO LACORTE / RANGEL TRINDADE / HELOISA MEDEIROS / FRANCISCO V. N. DA SILVA / SARAH LINK / EMMY OTANI / GUILHERME C. FORMANSKI / THIAGO RUIS / DANIELLE ANNONI

MINISTRANTES DAS OFICINAS:

- **LEANDRO VALIATI -** PESQUISADOR EM ECONOMIA DA FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL . PROFESSOR, CONSULTOR E PESQUISADOR EM ECONOMIA DA CULTURA EM INSTITUIÇÕES NACIONAIS E INTERNACIONAIS, ENTRE ELAS UFRGS, MINISTÉRIO DA CULTURA DO BRASIL, FACAMP, UNESCO, ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS IBERO AMERICANOS (OEI) E UNIVERSIDADE DE VALÊNCIA - ESPANHA. ORGANIZADOR E AUTOR DOS LIVROS ECONOMIA DA CULTURA: BEM-ESTAR ECONÔMICO E EVOLUÇÃO CULTURAL, EDITORA DA UFRGS, E ECONOMIA DA CULTURA E CINEMA: NOTAS EMPÍRICAS SOBRE O RIO GRANDE DO SUL, EDITORA TERCEIRO NOME.
- **LUIZ ANTÔNIO GOUVEIA DE OLIVEIRA -** DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO E MONITORAMENTO DA SECRETARIA DA ECONOMIA CRIATIVA - MINISTÉRIO DA CULTURA, É BACHAREL EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS PELA UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ (1995) E MESTRE EM ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS PELA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ (1999). ATUANDO PRINCIPALMENTE NAS SEGUINTES ÁREAS TEMÁTICAS: MARKETING INTERNACIONAL E DE EXPORTAÇÃO, DESEMPENHO EXPORTADOR, INTERNACIONALIZAÇÃO DE EMPRESAS, INOVAÇÃO ORGANIZACIONAL E TECNOLÓGICA, ECONOMIA CRIATIVA E INDÚSTRIAS CRIATIVAS.
- **MARCOS WACHOWICZ –** COORDENADOR DO GRUPO DE ESTUDOS DE DIREITO AUTORAL E INFORMAÇÃO/GEDAI. DOUTOR EM DIREITO PELA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ – UFPR. MESTRE EM DIREITO PELA UNIVERSIDADE CLÁSSICA DE LISBOA/PORTUGAL. PROFESSOR DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA – UFSC.

SEGUNDO DIA – 9/OUTURBRO /MANHÃ

8:30 – ABERTURA DA TERCEIRA OFICINA
O DIREITO AUTORAL NA ECONOMIA CRIATIVA
PERSPECTIVAS DE DESENVOLVIMENTO DOS SETORES CRIATIVOS

10:30 – INTERVALO

10:45 – ABERTURA DA QUARTA OFICINA
POLÍTICA DE MERCADO *VS* INCENTIVOS ESTATAIS
DIFUSÃO CULTURAL E CONCORRÊNCIA DE MERCADO

12:45 – INTERVALO

19:30 - ATIVIDADES CULTURAIS LANÇAMENTO DE LIVROS

- **INCLUSÃO TECNOLÓGICA E DIREITO À CULTURA** – MARCOS WACHOWICZ E CAROL PRONER (ORGANIZADORES)
- **ESTUDOS DE DIREITO DE AUTOR E INTERESSE PÚBLICO** – MARCOS WACHOWICZ, JOSÉ ISAAC PILATI E JOSÉ AUGUSTO FONTOURA COSTA (ORGANIZADORES)

Workshop Recursos Educacionais Abertos (REA)

Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná (UFPR)
Grupo de Estudos de Direito Autoral e Informação (GEDAI)
Equipe REA-Brasil

LOCAL: AUDITÓRIOS 1 DO MABU HOTEL (PRAÇA SANTOS ANDRADE)

VAGAS LIMITAS A 50 PESSOAS

SEGUNDO DIA – 9 DE OUTUBRO DE 2012

MANHÃ - **NO AUDITÓRIO 1**

9:00 – ABERTURA DO WORKSHOP SOBRE RECURSOS EDUCACIONAIS ABERTOS

TEMÁTICA DO WORKSHOP:
A inclusão tecnológica também representa acesso a outros níveis de conhecimento. As políticas de Recursos Educacionais Abertos (REA) podem também somar-se às políticas de acesso ao saber e ao conhecimento produzidos pelas Universidade Publicas e Privadas no país.
Os Recursos Educacionais Abertos são materiais de ensino, aprendizado e pesquisa em qualquer suporte ou mídia, que estão sob domínio público, ou estão licenciados de maneira aberta, permitindo que sejam utilizados ou adaptados por terceiros. O uso de formatos técnicos abertos facilita o acesso e o reuso potencial dos recursos publicados digitalmente. Recursos Educacionais Abertos podem incluir cursos completos, partes de cursos, módulos, livros didáticos, artigos de pesquisa, vídeos, testes, software, e qualquer outra ferramenta, material ou técnica que possa apoiar o acesso ao conhecimento. Assim, neste Workshop se analisará a proposta do projeto de lei do REA com os especialistas em Direito Autoral.

ORGANIZADORES DO WORKSHOP:

GRUPO DE ESTUDOS DE DIREITO AUTORAL E INFORMAÇÃO (GEDAI)
GRUPO REA-BRASIL

PROMOVEM O WORKSHOP SOBRE O TEMA RECURSOS EDUCACIONAIS ABERTOS (REA) MEMBROS DO **MEC, MINC, IBICT, UFRJ, UFSC, UFPR, PUCPR, UNIBRASIL, UNISANTOS, WIKIMEDIA BRASIL, FGV, IDEC, IBPI**, COM A PRESENÇA DOS DEPUTADOS FEDERAIS **PAULO TEIXEIRA** (PT-SP) E **ANGELO VANHONI** (PT-PR)

OBJETIVO: DEBATER OS ASPECTOS JURÍDICOS DO PROJETO DE LEI FEDERAL 1513/2011 DE MODO A IDENTIFICAR PONTOS A SEREM MELHORADOS E APRESENTAR PROPOSTAS DE NOVA REDAÇÃO AO PROJETO DE LEI.

PROCEDIMENTO:

a) será feita breve apresentação (15 min.) sobre a definição de REA, os objetivos e o conteúdo do Projeto de Lei.
b) seguirão debates focados no texto do Projeto de Lei, com o intuito de identificar fraquezas e de propor alterações de texto para melhorá-lo - cada pessoa terá até 5 min. para fazer sua intervenção;
c) Todos os participantes deverão ler com antecedência o Projeto de Lei.

12:00 – ENCERRAMENTO

DIREITO AUTORAL EM DEBATE

TEMAS DE DIREITO AUTORAL E CONEXOS

LOCAL: AUDITÓRIOS 1 E 2 DO MABU HOTEL (PRAÇA SANTOS ANDRADE)

SEGUNDO DIA – 9 DE OUTUBRO DE 2012

TARDE

13:00 - **NO AUDITÓRIO 2 – WORKSHOP COM APRESENTAÇÃO DE *PAPERS* SELECIONADOS**

TEMAS DE DIREITO AUTORAL, ECONOMIA CRIATIVA E NOVAS TIC'S

MODERADORES: PROF. DR. **JORGE RENATO REIS** – UNISC / PROFA. DRA. **CAROL PRONER** –UNIBRASIL

Ângela Kretschmann e Gabriel Borges dos Santos - A revanche digital contra a prisão cultural do direito do autor

Alexandre Pesserl - Transformação criativa na Sociedade Informacional

Luiz Gonzaga Silva Adolfo e Caroline Porto de Magalhães - Novas tecnologias: difusão do conhecimento por meio do software livre como justiça com equidade

Elisianne Campos de Melo Soares - Salvaguarda dos direitos de autor e combate à pirataria no Brasil e em Portugal: Azeredo e lei da cópia privada

Amanda P. Coutinho de Cerqueira - Economia criativa e direito autoral sob a perspectiva do comércio internacional: Capital x Estado

Guilherme Carboni e Daniele Maia Teixeira Coelho - A proteção das expressões culturais tradicionais pela propriedade intelectual e sua transformação em mercadoria

Cássia Isabel Costa Mendes e Antônio Márcio Buainain - Direito autoral e difusão de tecnologia na EMBRAPA

Mariana Valente e Jorge Machado - Uma proposta para o fim da "guerra do compartilhamento" e a legalização do P2P no Brasil

14:00 - **NO AUDITÓRIO 1**

TEMA IV: **DIREITO AUTORAL EM REFORMA**

TEMÁTICA DO PAINEL:

A necessidade de revisão da Lei de Direito Autoral brasileira é muito clara quando se percebe o desequilíbrio em relação ao sentido público e privado, e também, quando se observam manifestações positivas da sociedade civil brasileira com relação a reforma da lei. Manifestos recentes da Sociedade Civil são no sentido de dar andamento na agenda da modernização da Lei de Direitos Autorais e da fiscalização da gestão coletiva, em especial do ECAD. As questões são polemicas e muitos são os que se julgam fragilizados pelo atual sistema. Como também, o compartilhamento pela internet e a inovação são ameaçadas por uma legislação restritiva de direito autoral.

MODERADOR: PROF. DR. **EDUARDO BIACCHI GOMES** - UNIBRASIL

PALESTRANTE – PROF. DR. **PEDRO PARANAGUÁ** – SENADO FEDERAL

PALESTRANTE – DIR. **JOÃO CARLOS CARIBE** – VEREDA

PALESTRANTE – DIR. **MANOEL J. DE SOUZA NETO** – CONS. NACIONAL DE POLÍTICAS CULTURAIS

15:30 - TEMA V: **DIREITO AUTORAL E POLÍTICAS CULTURAIS**

TEMÁTICA DO PAINEL:

As metas do Plano Nacional de Cultura aprovadas em dezembro de 2012 pretendem estimular os atores sociais em todo o país e acompanhar sua concretização. O cenário da Cultura no país em 2020 é traçado a partir de três dimensões da cultura (simbólica, cidadã e econômica), da gestão de políticas culturais e da participação social. O Direito Autoral está presente em todas as fases da criação, produção, distribuição e aceso aos bens culturais. É imprescindível um maior equilíbrio no sistema de fomento e incentivo à cultura.

MODERADOR: PROF. DR. **LUIS FERNANDO LOPES PEREIRA** - UFPR

PALESTRANTE – PROF. DR. **ALLAN ROCHA** – UFRRJ/UFRJ-PPED

PALESTRANTE – PROF. DR. **LEANDRO MENDONÇA** – UFF

PALESTRANTE – PROF. DR. **PABLO ORTELATO** – USP

17:00 - TEMA VI: **PROPRIEDADE INTELECTUAL, INOVAÇÃO E CONHECIMENTO**

TEMÁTICA DO PAINEL:

A atual Sociedade Informacional traz consigo mudanças que desafiam o Direito da Propriedade Intelectual. A Propriedade Intelectual tem sido uma das plataformas utilizadas tanto por legisladores como por juristas para busca de regras e princípios que sejam capazes de estabelecer parâmetros razoáveis de desenvolvimento pautados na inovação e conhecimento. O Direito da Propriedade Intelectual na sociedade contemporânea deve ser um instrumento de desenvolvimento que venha ampliar políticas públicas de difusão do conhecimento, promovendo inovação, educação e cultura.

MODERADOR: PROFA. DRA. **ROZANGELA CURI PEDROSA** – UFSC

PALESTRANTE – PROF. DR. **LADISLAU DOWBOR** – USP

PALESTRANTE – PROF. DR. **MARCOS AUGUSTO MALISKA** – UFPR

PALESTRANTE – DIRETOR DR. **CORINTO MEFFE** – SLTI/MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO

PALESTRANTE – PROF. DR. **JOSÉ EDUARDO DE LUCA** – UFSC

PALESTRANTE – PROFA.DRA. **PATRICIA DE OLIVEIRA AREAS** – UNIVILLE/ INOVAPARQ

3. Expositores

Apresentação dos expositores do VI CODAIP pelo nome, em ordem alfabética.

ADRIANA ESPÍNDOLA CORRÊA – UFPR - Possui graduação em Direito pela Universidade Federal do Paraná (1997) e mestrado em Direito pela Universidade Federal do Paraná (2002) e doutorado pelo mesmo programa de pós-graduação (2009). Atualmente é professora de Direito Civil do Complexo de Ensino Faculdades do Brasil e advogada. Dedica-se ao estudo do Direito Civil, principalmente dos seguintes temas: impactos jurídicos das aplicações da biotecnoloiga em seres humanos, proteção dados pessoais, intimidade, responsabilidade civil, contratos, propriedade intelectual.

ALESSANDRA TRIDENTE – PUCSP - Professora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, instituição na qual obteve os títulos de bacharel (2001) e de mestre (2008) em Direito, com a dissertação intitulada "Paradoxos do Direito Autoral", publicada pela editora Elsevier em 2009. Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito Empresarial e em Propriedade Intelectual, especialmente na área de Direitos Autorais.

ALLAN ROCHA DE SOUZA - UFRRJ/UFRJ - Professor e pesquisador de Direito Civil na UFRRJ-ITR e de Direitos Autorais na UFRJ-PPED. Coordenador do NEDAC- Núcleo de Estudos e Pesquisa em Direitos Autorais e Culturais. Doutor em Direito pela UERJ. Sócio do escritório Denis Borges Barboza advogados. Consultor da UNESCO. Autor do livro "A Função Social dos Direitos Autorais" e de diversos artigos acadêmicos.

ANGELA KRETSCHMANN – UNISINOS - Doutora em Direito pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (2006). Mestre em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC/RS, 1999). É professora nos cursos de Direito e Segurança de Informação, lecionando Direito da Propriedade Intelecutal, Direitos de Autor e Propriedade Industrial (Marcas, Patentes, Software, Cultivares). Advogada (www.krebel.com.br). Membro da Comissão de Propriedade Intelectual (CEPI) da OAB/RS e da Associação Brasileira de Agentes da Propriedade Industrial (ABAPI). Principais publicações: "Dignidade Humana e Direitos Intelectuais: re(visitando) o Direito Autoral na Era Digital" (Ed. Conceito, SC, 2008); Universalidade dos Direitos Humanos e Diálogo na Complexidade de um Mundo Multicivilizacional (Ed. Juruá, PR, 2008); História Crítica do Sistema Jurídico: da prudência à ciência moderna (Ed. Renovar, RJ, 2006). E-mail: angela@krebel.com.br

ANTONIO CARLOS EFING – PUCPR - Mestre e Doutor pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, professor titular da Pontifícia Universidade Católica do Paraná onde leciona na graduação, especialização, mestrado e doutorado, professor convidado da Escola da Magistratura do Estado do Paraná e do Rio de Janeiro, professor da Escola Superior da Advocacia do Paraná e de Santa Catarina, membro do Instituto dos Advogados do Paraná, advogado militante em Curitiba – PR. E-mail: ace@eradv.com.br

BRUNO LEWICKI – Coordenador Editorial da Revista Trimestral de Direito Civil. Lecionou nos cursos de graduação do IBMEC, FGV e PUC do Rio de Janeiro. Professor do Mestrado Profissional do INPI, da pós-graduação da FGV, da PUC-Rio e da Escola Paulista de Direito. Coordenador do curso de Contratos na pós-graduação da FGV-Rio (2003 a 2005). Autor do livro “A privacidade da pessoa humana no ambiente de trabalho” (Renovar, 2003). Co-autor da coleção “Código Civil comentado conforme a Constituição da República” (Renovar, 2004). Membro da Comissão de Estudos em Propriedade Intelectual da ABDI (Associação Brasileira de Direito da Internet e das Telecomunicações). Ingressou no Barbosa, Müssnich & Aragão Advogados em julho de 2002.

CARLA EUGENIA CALDAS BARROS – UFS – Possui graduação em Direito pela Universidade Federal de Sergipe (1981), graduação em Nancy I - Francês - Université de Nancy (1980), graduação em Nancy II - Universite de Nancy II (1981), graduação em Pedagogia - Hab. Adm. escolar, pela Faculdade Pio Décimo (1981), Mestrado em Direito Empresarial pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (1986) e Doutorado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2002). Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito Empresarial, atuando principalmente nos seguintes temas: propriedade intelectual, direito societário, direito falimentar, transferência de tecnologia, direito do consumidor , mediação e arbitragem, prática comercial.

CAROL PRONER – UNIBRASIL - Professora de Direito Internacional e Direitos Humanos. Coordenadora do Programa de Mestrado em Direitos Fundamentais e Democracia da UniBrasil. Co-Diretora do Programa Master Doctorado en Derechos Humanos, Interculturalidad y Desarrollo UNIA-UPO. Lider PROCAD Democracia, Desenvolvimento e Inclusao Tecnologica UniBrasil-UFSC-PUCPR-UNISANTOS. E-mail: carolproner@uol.com.br

CESAR ANTONIO SERBENA – UFPR - Bacharel em Direito e Bacharel e Licenciado em Filosofia. Concluiu o Doutorado em Direito pela UFPR em 2003, e o Pós-Doutorado em 2006, pelo Instituo de Pesquisa Ambrosio Gioja da Faculdade de Direito da Universidade de Buenos Aires, onde atuou com o Prof. Roberto J. Vernengo. Atualmente é professor adjunto da UFPR na Graduação, no Mestrado e no Doutorado em Direito, lecionando as disciplinas de Filosofia do Direito e Teoria do Direito. Coordena um Núcleo de Pesquisa em Fundamentos do Direito. Atua nas linhas de pesquisa: método da Ponderação e colisão de princípios; teorias da argumentação jurídica e do raciocínio jurídico, a racionalidade e o Direito; fundamentos da ciência jurídica e dos direitos humanos; realismo jurídico, positivismos e pós-positivismos; derrotabilidade normativa, lógica e informática jurídica, epistemologia jurídica, lógica jurídica, lógica deôntica, lógica paraconsistente, antinomias jurídicas, contradições normativas, direitos constitucionais, história da filosofia.

CINTHIA O. DE A. FREITAS – PUCPR - Engenhara Civil pela Universidade Federal do Paraná (1985), com mestrado em Engenharia Elétrica e Informática Industrial pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná (1990) e doutorado em Informática pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (2001). Professora e Pesquisadora da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR) desde 1985. Atualmente é Professora Titular da PUCPR para os cursos de: Ciência da Computação e Direito. E-mail: cinthia@ppgia.pucpr.br

CLÁUDIA LEITÃO – Sec. Economia Criativa – MinC – Possui graduação em Direito pela Universidade Federal do Ceará-UFC (1981), graduação/ licenciatura em Educação Artística pela Universidade Estadual do Ceará-UECE (1986), mestrado em Sociologia do Direito pela Universidade de São Paulo-USP (1988) e doutorado em Sociologia - Université Paris V/ René Descartes (1993). É professora e pesquisadora do Mestrado em Políticas Públicas e Sociedade da UECE, onde lidera o Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas Públicas e Indústrias Criativas. É bolsista e parecerista ad hoc do CNPq, desenvolvendo pesquisas sobre políticas públicas para o desenvolvimento a partir do fomento às indústria criativas .É assessora acadêmica da Faculdade Christus e consultora associada da Animacult Desenvolvimento e Criatividade, prestando consultorias na área da cultura e criatividade para organizações públicas e privadas em diversos estados brasileiros. É conselheira do Programa Cultura Viva do Ministério da Cultura, membro da redepcult (rede de pesquisadores em políticas culturais), integrando o conselho de redação da revista eletrônica www.politicasculturaisemrevista.ufba.br. Tem publicado livros e artigos nas áreas das Políticas Públicas, Indústrias Culturais, Educação e Gestão. E-mail: claudiasousaleitao@yahoo.com.br

CLAUDIO D´IPOLITTO – FGVRio - Coordenador do MBA em Gestão e Produção Cultural com ênfase em Economia Criativa - Dialogos Cultura e Inovação - FGV Rio. É professor de Produção Cultural na FGV-Rio, com ênfase em Novos Modelos de Negócio e de Gestão na atual sociedade em rede. Coordena pela EBAPE o MBA em Gestão e Produção Cultural da FGV-Rio. Tem experiência em inovação e empreendedorismo, com ênfase nas conexões entre sistemas de inovação e sistemas de cultura como redes de aprendizagem.

CLÁUDIO LINS DE VASCONCELOS – ABPI - Doutor em Direito Internacional pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2009), mestre em Direito Internacional pela University of Notre Dame (1999) e bacharel em Direito pela Universidade Federal da Bahia (1995). Atualmente, é sócio-diretor do Lins de Vasconcelos Advogados Associados, escritório especializado em direito da propriedade intelectual, entre outras relacionadas com as indústrias intensivas em conteúdo. Anteriormente, dirigiu o departamento jurídico da Fundação Roberto Marinho (Rio de Janeiro, Brasil), foi consultor do Banco Mundial (Washington, EUA), assessor internacional adjunto do Ministério da Justiça (Brasília, Brasil) e advogado em Tozzini, Freire Advogados (São Paulo, SP), entre outras posições. É professor convidado do mestrado em propriedade intelectual do Instituto Nacional da Propriedade Industrial INPI, da pós-graduação lato sensu em direito da propriedade intelectual da PUC Rio, da Especialização em Direito do Entretenimento e da Comunicação Social da Escola Superior de Advocacia da OAB/SP e do Curso de Formação em Gestão Cultural da Escola São Paulo, tendo sido professor-visitante dos cursos de graduação e pós-graduação stricto sensu em direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, professor da graduação em direito da Universidade Cândido Mendes, entre outras atividades de ensino e pesquisa.

CORINTO MEFFE - SLTI/Ministério do Planejamento - gerente de inovações tecnológicas da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento - SLTI, coordenador de projetos, dentre eles: Guia Livre, Metodologia de Avaliação de Distribuição Livre, Plano de Migração para Software Livre do MP, Cluster e Grid, Sistema de Inventário CACIC e Software Público Brasileiro.

CRISTIANO BORGES – MINC - Coordenador-geral da Diretoria de Direitos Intelectuais do Ministério da Cultura e membro da Advocacia-Geral da União (AGU) desde março de 2006. Exerceu a coordenação da Consultoria Jurídica no Ministério da Cultura (Conjur/MinC) e, em 2007, foi assessor do subprocurador-geral da República.

DANIELLE ANNONI – UFSC - Professora dos Cursos de Graduação em Direito e Relações Internacionais da UFSC. Professora Permanente do Programa de Mestrado em Direito da UFSC. Possui graduação em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina (1999), mestrado em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina

(2002) e Doutorado em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina (2006), tendo desenvolvido a pesquisa para a tese (doutorado-sanduíche) junto a Universidad de Malaga (Espanha) e University of Nottingham (Inglaterra) no ano academico 2003-2004. Tem experiência na Direito Público, atuando principalmente nos seguintes temas: direitos humanos e direitos fundamentais, teoria geral do processo e acesso à justiça, direito internacional e relações internacionais. No Direito Privado atua nas seguintes áreas: direito das obrigações e responsabildiade civil. Atualmente desenvolve pesquisas sobre os seguintes temas: direito internacional dos direitos humanos e minorias, direito humanitário e dos refugiados, migrações internacionais e jurisdição internacional. E-mail: danielle.annoni@pq.cnpq.br

DÁRIO MOURA VICENTE – UNIVERSIDADE CLÁSSICA DE LISBOA – Professor Associado com Agregação da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. Regeu, nessa Faculdade, as disciplinas de Direito Internacional Privado, Direito Comparado, Direito de Autor, Direito da Sociedade da Informação, Direito da Propriedade Industrial, Direito Comercial Internacional e Direito Processual Civil. Presidente do Instituto de Cooperação Jurídica da mesma Faculdade. Membro da Direcção da Associação Portuguesa de Direito Intelectual e da Associação Portuguesa de Arbitragem. Membro Associado da Académie Internationale de Droit Comparé. Advogado e Jurisconsulto em Lisboa desde 1987. Autor, entre outras obras de: Problemática Internacional da Sociedade da Informação, Coimbra, Almedina, 2005; A tutela internacional da propriedade intelectual, Coimbra, Almedina, 2008; e La propriété intellectuelle en droit international privé, Haia, Martinus Nijhoff, 2009. E-mail: dmouravicente@fd.ul.pt

DENIS BORGES BARBOSA – IBPI – Bacharel em Direito e Doutor em Direito Internacional e da Integração Econômica (UERJ). Mestre em Direito Empresarial (UGF), Mestre em Direito, Columbia Law School, Nova York, Membro do IAB, ABPI, Associação Portuguesa da Propriedade Intelectual e coordenador acadêmico do Instituto Brasileiro da Propriedade Intelectual. Professor nos Cursos de Pós Graduação em Propriedade Intelectual da PUC/RJ, do Mestrado Profissional do INPI, UCAM, FGV/SP e Rio, ESA/SP, CEU/SP, UNICURITIBA e Fundação Armando Álvares Penteado-FAAP.

EDUARDO BIACCHI GOMES – UniBrasil - É graduado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná, 1993, possui Mestrado em Direito pela Universidade Federal do Paraná (2000), Especialista em Direito Internacional pela Universidade Federal de Santa Catarina, 2001 e Doutorado em Direito pela Universidade Federal do Paraná (2003). É Pós-Doutor em Estudos Culturais junto à Universidade Federal do Rio de Janeiro, com estudos realizados na Universidade de Barcelona. Atualmente é professor-adjunto integrante do quadro da UniBrasil , Graduação e Mestrado em Direito, da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (professor titular) e da Facinter. Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito Internacional e Direito da Integração, atuando principalmente nos seguintes temas: blocos econômicos, direito comunitário, direito internacional público, direito da integração, mercosul e direito constitucional, foi consultor jurídico do MERCOSUL em 2005 e 2006. É Editor gerente da Revista de Direitos Fundamentais e Democracia, vinculado ao Programa de Mestrado em Direto das Faculdades Integradas do Brasil, Qualis B1, desde a sua fundação.

ELIANE Y. ABRÃO – Brasil - formada e pós graduada em Direito pela USP, especialista com mais de 30 anos de atuação no Direito de Propriedade Imaterial, inclusive com destacada formação no exterior - Inglaterra, EUA, Suíça, Alemanha, Holanda.

ELISÂNGELA DIAS MENEZES – UNI-BH E UMA - Gaduação em Comunicação Social com Habilitação em Jornalismo pela Pucminas (1999) e graduação em Direito pela Universidade Fumec (2003). Pós-graduação em Direito Público pelo Unicentro Newton Paiva (2004) e Mestrado em Direito Privado pela Pucminas (2006). Doutorado em Ciências Jurídico-Civis pela Universidade de Lisboa (Portugal - em andamento desde 2009). Professora em cursos de graduação e pós-graduação do Centro Universitário UNI-BH e do Centro Universitário UNA, perita judicial com registro na ASPEJUDI, advogada sócia da Menezes e Vasconcelos Advocacia. Diretora executiva do Centro Mineiro de Estudos em Propriedade Intelectual e Inovação (CEMEPI). Coordenadora da Comissão de Propriedade Intelectual do Uni-BH (CPPI). Membro da Comissão de Propriedade Intelectual da OAB-MG e membro da Associação Portuguesa de Direito Intelectual. Experiência em Direito Privado, com ênfase na Propriedade Intelectual, notadamente em Direito Autoral, atuando principalmente nas seguintes áreas: direito autoral, direito de imagem, direito da comunicação e do entretenimento, propriedade industrial, inovação tecnológica, direitos da personalidade, dano moral, plágio e responsabilidade civil.

FABIO DORIA SCATOLIN – UFPR - Possui graduação em Ciencias Econômicas pela Universidade Mackenzie, São Paulo SP. (1977), Especialização em Svilupo Economico ISVE Italia (1985), Mestrado em Economia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul IEPE (1989) e Doutorado em Economia - University Of London (1994). Desde 1982 é professor da Universidade Federal do Paraná - Depto de Economia na disciplina de desenvolvimento econômico no curso de ciências econômicas e da disciplina de Desenvolvimento e Política Pública no programa de pós graduação em Políticas Públicas (nível de mestrado e doutoramento). Pesquisas na area de Crescimento, Desenvolvimento e Planejamento Econômico, atuando principalmente nos seguintes temas: Crescimento e

mudança estrutural, arranjos produtivos locais, desenvolvimento regional e políticas de desenvolvimento local, e Metodologia do Marco Lógico (MML) aplicado as políticas de desenvolvimento. Sua produção científica mais recente tem se concentrado nas areas Arranjo Produtivo Local e Interação Universidade Empresa.

FRANCISCO HUMBERTO CUNHA FILHO – UNIFOR - concluiu bacharelado em Direito pela Universidade de Fortaleza (1990), mestrado em Direito (Direito e Desenvolvimento) pela Universidade Federal do Ceará (1999) e doutorado em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco (2004). Atualmente é adjunto da Universidade de Fortaleza (UNIFOR), além de membro dos Conselhos Editoriais das seguintes revistas científicas: Pensar (UNIFOR), Revista da Advocacia-Geral da União (AGU) e Políticas Culturais em Revista (CULT/UFBA). Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito Constitucional e Direitos Culturais, atuando principalmente nos seguintes temas: cultura, patrimônio cultural, políticas culturais e direitos fundamentais.

FRANCISCO SIERRA CABALLERO – ESPANHA - Doutor em Ciências da Informação. Jornalismo Departamento III (Teoria Geral da Informação). Programa aspectos retóricos, Informações dialético e Políticos. Universidad Complutense de Madrid (1992-1997). - Bacharel em Ciências da Informação (Jornalismo Rama) pela Faculdade de Ciências da Informação. Universidad Complutense de Madrid. Pós-graduado em Sociologia do Consumo e Pesquisa de Mercado. Faculdade de Ciências Políticas e Sociologia. Universidad Complutense (Madrid, 1994-1995). - Mestre de Edição. Universidade de Salamanca (2004-2005) -. BA Estudos em Sociologia (1993-1995). Faculdade de Ciências Políticas e Sociologia. Universidade Nacional de Educação a Distância. - Metodologias de Participação Especialista. Pesquisa área e coletivos de formação de rede e movimentos sociais. CIMS / Universidade Complutense (Madrid, 1994-1995) -. Especialista em Ciência, Tecnologia e Sociedade. Departamento de Processos Estrutura e Social. Faculdade de Ciências Políticas e Sociologia. Universidade Nacional de Educação a Distância (Madrid, 1997-1998). - Diploma em Programação de Computadores. Azpe Academia. (Ministério da Educação e Ciência RD 707/1976 de 5 de março..) - Doutorado em Ciências da Educação. Departamento de Ensino, Educação Especial e Organização Escolar. Programa de Formação de Professores em áreas curriculares: Materiais Didáticos e Diferenciação Educacional. Faculdade de Educação. Universidade Nacional de Educação a Distância (Madrid, 1998-2000) -.Estudos de doutorado em Sociologia. Departamento de Sociologia Perspectivas atuais do programa de Teoria e Metodologia de Pesquisa Social. Universidade Nacional de Educação a Distância (Madrid, 1998-1999).

FREDERICO AUGUSTO BARBOSA DA SILVA – IPEA - Possui graduação em Ciências Sociais (Antropologia Social e Sociologia), Mestrado e Doutorado em Sociologia pela Universidade de Brasília (UnB). Atualmente é professor do Mestrado em Direito e Políticas Públicas no Centro Universitário de Brasília (UniCeub) e pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Atua no acompanhamento e pesquisa na área de políticas públicas sociais e culturais.

FREDERICO JOSÉ LUSTOSA DA COSTA – UFF - Frederico Lustosa da Costa é professor da Universidade Federal Fluminense, professor visitante do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE, Lisboa) e da École Superieur de Commerce de Paris (ESCP Europe) e professor colaborador da Fundação Getulio Vargas (FGV), no Rio de Janeiro. Graduado como Bacharel em Economia pela Universidade Federal do Ceará (UFC, 1979), em Fortaleza, é Mestre em Administração Pública pela EBAPE/FGV, no Rio de Janeiro (1990), e em Comunicação Política (DEA) pela Universidade Paris I (Pantheon-Sorbonne), em Paris (1994), reconhecido como Mestrado em Ciência Política pela UnB (2009), e Doutor em Gestão, pelo Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE), em Lisboa, Portugal (2007), também reconhecido pela Universidade de Brasília (UnB, 2010). É autor dos livros: A Persistência da Desigualdade (BNB,1992); Plano de Ação da Bacia Cultural do Araripe (Secult-CE, 2006); Reforma do Estado e Contexto brasileiro (Editora da FGV, 2010) e de Reforma do Estado e Cidadania: o contexto Maranhão (Edições ISAE Amazônia, 2010) e co-organizador dos livros Brasil: 200 anos de Estado, 200 anos de Administração Pública (Editora da FGV, 2010) e Rio de Janeiro: uma cidade, muitas capitais (Editora da FGV, 2010), e de mais de cinquenta artigos de caráter técnico-científico publicados em livros, revistas e congressos, nacionais e estrangeiros.

GONZAGA ADOLFO – UNISC/ULBRA – Doutor em Direito (Unisinos); Professor dos Cursos de Direito da Ulbra e do Unilasalle; Professor Titular do Mestrado em Memória Social e Bens Culturais e professor titular do Mestrado em Educação do Unilasalle. Presidente da Comissão Especial de Propriedade Intelectual da OAB/RS. E-mail: gonzagaadolfo@yahoo.com.br

GUILHERME CARBONI – FAAP/SP – Graduação em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP) (1992), Graduação em Comunicação Social pela Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM) (1989), Pós-Graduação em Sociologia do Direito pela Università Degli Studi di Milano, Itália (2000), Mestrado em Direito Civil pela Faculdade de Direito da USP (2001), Doutorado em Direito Civil pela Faculdade de Direito da USP (2005) e Pós Doutorado pela Escola de Comunicações e Artes (ECA) da USP (2010), com financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). Professor do Curso de Pós Graduação stricto sensu da ECA-USP, na disciplina Autoria e Direitos: uma Prospectiva para o Mediaverso Digital, ministrada juntamente com o Prof. Artur Matuck; Professor do Curso de Pós Graduação Internunidades em Estética e História da Arte da USP, na disciplina Direitos Autorais e Novas Tecnologias; Professor Titular Doutor das Faculdades de Direito, Comunicações

e Artes Plásticas da Fundação Armando Álvares Penteado (FAAP). Coordenador do Curso de Pós Graduação em Direitos Intelectuais e nos Meios Digitais na Faculdade de Direito da FAAP. Pesquisador do COLABOR - Laboratório Multidisciplinar de Pesquisas em Criações Colaborativas e Linguagens Digitais, vinculado à ECA-USP. Consultor ad hoc do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e da Secretaria de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça para o assunto Direitos Autorais e Internet; Foi Coordenador da Comissão de Direitos Autorais da Associação Brasileira da Propriedade Intelectual (ABPI); da área de Direitos Autorais do Instituto de Direito do Comércio Internacional e Desenvolvimento (IDCID) e do Grupo de Propriedade Intelectual da ECA-USP. E-mail: carboni@gcarboni.com.br

GUILLERMO PALAO MORENO – UNIV.DE VALENCIA /ESPANHA – Possui graduação em Direito pela Universidade de Valência, Doutor (prêmio extraordinário) pela Universidade de Valência, Professor de Direito Internacional da Universidade de Valência.

IVANA CRIVELLI – ASPI – Mestrado em andamento em Direito Civil pela Universidade de São Paulo (2009); especialização em Derecho de Autor y Derechos Conexos pela Universidad de Buenos Aires (2003); especialização em Direito dos Contratos pelo Centro de Ensino Universitário de São Paulo. Atua principalmente nos seguintes temas: Direito de Autor e Direitos Conexos , Direitos da Personalidade, com palestras e publicações sobre obra cinematográfica, video games, direito de imagem e direitos conexos.

JAURY NEPOMUCENO DE OLIVEIRA – BIBLIOTECA NACIONAL - Historiador, Advogado, Especialização em Propriedade Intelectual pelo Ministério da Cultura da Espanha (MCE) e pela Academia Mundial da Propriedade Intelectual da Suíça (AMPI); Responsável técnico pelo Escritório de Direitos Autorais da Fundação Biblioteca Nacional, Doutorando em Ciência da Informação no Instituto Brasileiro de Informação Científica e Tecnológica – IBICT/UFRJ. E-mail : jaury@bn.br

JOÃO CARLOS CARIBE - Vereda - Publicitário, pós graduado em mídias digitais, atuante na Internet desde 1995. Dedica-se intensamente à luta pela liberdade na Internet, desde de 2005, através de mobilizações e articulações políticas junto à sociedade e o parlamento Brasileiro. Publicou em 2008 petição online, hoje com mais de 160 mil assinaturas, contra o ameaçador projeto de lei 84/99 de Cibercrimes, produzindo dai diversos fatos políticos favoráveis à liberdade na Internet. Nesta luta, criou em 2009 o Movimento Mega Não, que colecionou grandes vitórias como a paralisação do projeto de lei 84/99, provocando o lançamento do Marco Civil da Internet, um projeto anti-ACTA. O Mega Não se tornou uma poderosa plataforma de mobilização e informação contra as ameaças à liberdade na Internet, atuando desde audiências públicas, palestras, entrevistas, flashmobs até blogagens coletivas. Foi o principal articulador no Brasil do Blackout contra o SOPA no dia 18 de janeiro, conseguindo a adesão de mais de 400 sites Brasileiros. Participou intensamente do IGF 2011, como parte do Prêmio Frida que o Mega Não conquistou na categoria "liberdades", como um projeto com uma destacada atividade a nível público e político para evitar a censura da Internet. Prêmio foi oferecido pelo LACNIC, ISOC e IDRC e entregue durante o LACNIC XVI em Buenos Aires. Participou recentemente do LCIGF5 em Bogotá.

JORGE RENATO REIS – UNISC - Pós-Doutor pela Universidade de Salerno, Itália, com bolsa CAPES. Doutor em Direito pela UNISINOS. Mestre em Desenvolvimento Regional pela UNISC. Especialista em Direito Privado pela UNISC. Graduado em Direito pela UNISC. Coordenador e Pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Direito – Mestrado e Doutorado da UNISC. Coordenador do Grupo de Pesquisa: "A função social do Direito de Autor". Coordenador do Projeto: "O Direito de Autor no Constitucionalismo Contemporâneo: Um estudo comparado Brasil X Uruguai" , financiado com bolsa CNPQ. Advogado atuante. E-mail: jreis@viavale.com.br

JOSÉ ANTÔNIO PERES GEDIEL – UFPR - doutorado em Direito pela Universidade Federal do Paraná em 1997. Atualmente é membro da Universidade Federal do Paraná. Publicou 7 artigos em periódicos especializados e 4 trabalhos em anais de eventos. Possui 16 capítulos de livros e 5 livros publicados. Possui mais 126 produções bibliográficas e 17 itens de produção técnica. Participou de 62 eventos. Orientou 24 dissertações de mestrado e 6 teses de doutorado e co-orientou 1 tese de doutorado, além de ter orientado 9 trabalhos de iniciação científica e 38 trabalhos de conclusão de curso na área de direito. Participou de 224 bancas. Recebeu 2 prêmios e/ou homenagens. Atua na área de direito, com ênfase em direito privado. Em suas atividades profissionais interagiu com 29 colaboradores em co-autorias de trabalhos científicos. Em seu currículo Lattes os termos mais freqüentes na contextualização da produção científica, tecnológica e artístico-cultural são: cooperativismo, economia solidária, direitos de personalidade, biotecnologia, direitos humanos, ensino jurídico, direito civil, código civil, bioética e genoma humano.

JOSÉ AUGUSTO FONTOURA COSTA – USP - possui graduação em Direito pela Universidade de São Paulo (1992) , doutorado em Direito Internacional pela Universidade de São Paulo (1998) e aperfeicoamento em UN and Globalization pela Central Europe University (2002) . Atualmente é Professor Associado (DS-5) da Universidade de São Paulo, Professor da Universidade Católica de Santos, professor titular da Faculdade de Direito de Sorocaba, Professor da Universidade do Estado do Amazonas, Consultor do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas

Educacionais, Membro de corpo editorial da Revista Direito GV (1808-2432), Revisor de periódico da Revista Brasileira de Política Internacional, Membro de corpo editorial da Jus Gentium - Revista Jurídica, Membro de corpo editorial da Novos Estudos Jurídicos (UNIVALI), Revisor de periódico da Sequência (UFSC), Revisor de periódico da Revista Direito Empresarial (Curitiba), Revisor de periódico da Revista CEJ (Brasília) e Membro de corpo editorial da Revista Direito Empresarial (Curitiba). Tem experiência na área de Direito. Atuando principalmente nos seguintes temas: Investimento estrangeiro, Regimes internacionais, Globalização, Direito Internacional Público, Acordos internacionais sobre investimento.

JOSÉ EDUARDO DE LUCA - UFSC - Possui graduação em Ciências da Computação pela Universidade Federal de Santa Catarina (1987) e mestrado em Ciências da Computação pela Universidade Federal de Santa Catarina (1995). Atualmente é professor da Universidade Federal de Santa Catarina e membro do conselho editorial da revista Localisation Focus - The International Journal of Localisation. Tem experiência na área de Ciência da Computação, atuando principalmente nos seguintes temas: software livre, aplicação social da informática, indústria de software, governo eletrônico, interação universidade-empresa, internacionalização de software e localização de software. É coordenador do laboratório GeNESS, no depto de Informática e Estatística da UFSC. É membro do Comitê de Inovação da Universidade Federal de Santa Catarina.

JOSÉ DE OLIVEIRA ASCENSÃO – UNIV. DE LISBOA – Professor Catedrático da Faculdade de Direito de Lisboa e antigo Professor Titular da Faculdade de Direito do Recife. Autor de mais de 350 escritos jurídicos. Representante de Portugal em várias conferências diplomáticas. Autor de vários anteprojectos de lei. Sócio da Academia de Ciências de Lisboa. Presidente da Direcção do Instituto dos Valores Mobiliários, da APDI – Associação Portuguesa de Direito Intelectual e da GESTAUTOR – Associação de Gestão Colectiva do Direito de Autor. Proferiu inúmeras conferências, ministrou cursos e participou em mesas-redondas em Portugal, Brasil, Angola, Moçambique, Cabo Verde, Guiné Bissau, São Tomé e Príncipe, Goa, Macau, Alemanha, Itália, Espanha, Estados Unidos da América, Uruguai e Panamá. E-mail: joascensao.oa@mail.telepac.pt

JOSÉ MURILO JR. – CULTURA DIGITAL/MINC – Formado na Universidade de Brasília, já foi Gerente de Informação Estratégica no Ministério da Cultura, Editor de Português Global Voices Online, Coordenador-Geral de Informação Científica e Divulgação no Ministério da Ciência e Tecnologia, Coordenador Geral da Informação Consultiva Especial do Ministério Federal da Administração e Reforma do Estado – MARE, atualmente é Gerente de Cultura Digital no Ministério da Cultura e Editor na Ecologia Digital.

JOSÉ ROBERTO LANÇA – SUPERINTENDENTE DA FUND. CULTURAL DE CURITIBA - Mestre em Teatro pela Universidade do Rio de Janeiro- UNIRIO, em 2003. Especialista em Fundamentos Estéticos para Arte-Educação pela Faculdade de Artes do Paraná, em 2000. Graduado em Licenciatura em Educação Artística pela Faculdade de Artes do Paraná, em 1997. Atualmente é Diretor de Ação Cultural da Fundação Cultural de Curitiba, desde 2005, sendo o responsável na elaboração e aprovação de projetos das áreas artísticas realizadas na Fundação, como: Teatro, Música, Dança, Artes Visuais, Literatura, Cinema, Patrimônio, Grandes Eventos e Incentivo à Cultura. Publicou o livro "Piá em Cena", na área de Arte-Educação, resenhas críticas para o Caderno Ilustrado do Jornal Folha de São Paulo, em 2003, matérias sobre teatro para o Z-Zine de Artes Cênicas no site www.fccdigital.com.br, em 2002 e artigo para a Revista Reset. Atuou como Assessor Técnico da Consultotia de Artes Cênicas da Fundação Cultural de Curitiba e coordenador de cursos e oficinas para professores e alunos da Rede Municipal.

JULIO RAFFO – Argentina - Advogado especializado em questões culturais. Atualmente atua como Secretário de Cultura do Gabinete do Presidente. Anteriormente, atuou como assessor da Secretaria de Cultura da Presidência da República, Dr. José Nun. Até 2004 e durante quatro anos atuou como consultor jurídico na Direção Geral de Museus da Cidade de Buenos Aires. Ele é especialista em legislação cinematográfica e direitos autorais. Como professor, ensinou na Fundación Universidad del Cine (FUC). Foi durante 2003/04 Coordenador de Formação Extracurricular do Instituto Nacional de Cinema e Artes Audiovisuais.

KARIN GRAU-KUNTZ – IBPI - Mestre e doutora em direito pela Ludwig-Maximilian Universitaet em Munique, Alemanha; coordenadora academica do IBPI - Instituto Brasileiro de Propriedade Intelectual. Email: grau-kuntz@ibpibrasil.org

LADISLAU DOWBOR – PUCSP - Possui graduação em Economie Politique - Universite de Lausanne (1968), mestrado em Economia Social pela Escola Superior de Estatística e Planejamento (1974) e doutorado em Ciências Econômicas pela Escola Superior de Estatística e Planejamento (1976). Atualmente é professor titular da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Tem experiência nas áreas de Administração e Economia, atuando principalmente nos seguintes temas: mudança tecnológica, economia dos recursos humanos, economia regional e urbana, planejamento educacional e economia internacional. Seus livros e artigos estão disponíveis no site http://dowbor.org.

LEANDRO VALIATI - UFRGS - Pesquisador em Economia da Fundação de Economia e Estatística do estado do Rio Grande do Sul . Professor, consultor e pesquisador em Economia da Cultura em instituições nacionais e internacionais, entre elas UFRGS, Ministério da Cultura do Brasil, FACAMP, Unesco, Organização dos Estados Ibero Americanos (OEI) e Universidade de Valência - Espanha. Organizador e autor dos livros Economia da Cultura: Bem-Estar Econômico e Evolução Cultural, editora da UFRGS, e Economia da Cultura e Cinema: notas empíricas sobre o Rio Grande do Sul, editora Terceiro Nome.

LUÍS ALEXANDRE CARTA WINTER – PUCPR - Possui Graduação em Direito pela Universidade Federal do Paraná (1984), Especialização em Filosofia da Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (1988), Mestrado em Integração Latino - Americana pela Universidade Federal de Santa Maria (2001) e Doutorado em Integração da América Latina pelo USP/PROLAM (2008). Atualmente é professor adjunto da Pontifícia Universidade Católica do Paraná na graduação (onde foi Coordenador entre 1987 a 1989), e na pós strito sensu, no mestrado e doutorado. Ex-professor titular e ex-Coordenador (2005-2010) do Curso de Direito da Faculdade Internacional de Curitiba, professor titular das Faculdades Integradas Curitiba e da FAMEC. Advogado militante deste 1984 e consultor jurídico, atuando principalmente nos seguintes temas e áreas: contratos, integração regional, mercosul, relações internacionais, direito marítimo, legislação aduaneira, direito internacional econômico e direito internacional.Coordenador do NEADI (www.neadi.com.br). Membro de Centro de Letras do Paraná e do Instituto de Advogados do Paraná.

LUIZ ANTÔNIO GOUVEIA DE OLIVEIRA - MinC - Diretor de Desenvolvimento e Monitoramento da Secretaria da Economia Criativa - Ministério da Cultura, é bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Ceará (1995) e mestre em Administração de Empresas pela Universidade Estadual do Ceará (1999). Atualmente é doutorando em Gestão pela Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. Tem experiência profissional e acadêmica na área de gestão, com ênfase em negócios internacionais, inovação e economia criativa, atuando principalmente nas seguintes áreas temáticas: marketing internacional e de exportação, desempenho exportador, internacionalização de empresas, inovação organizacional e tecnológica, economia criativa e indústrias criativas.

LUÍS FERNANDO LOPES PEREIRA – UFPR - Possui graduação em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (1991), graduação em História pela Universidade Federal do Paraná (1993), especialização em Pensamento Contemporâneo pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (1993), especialização em História e Cidade pela Universidade Federal do Paraná (1994), mestrado em História pela Universidade Federal do Paraná (1996) e doutorado em História Social pela Universidade de São Paulo (2002). Fez pós-doutorado na Università degli Studi di Firenze, Itália, entre janeiro e julho de 2010. Atualmente é professor adjunto de História do Direito da Universidade Federal do Paraná e professor do Programa de Pós-Graduação em Direito (Metrado/Doutorado) da Universidade Federal do Paraná, além de coordenador do Curso de Direito (UFPR). Tem experiência na área de Direito, com ênfase em História do Direito, atuando principalmente nos seguintes temas: identidade cultural, imaginário social, modernização, cultura jurídica, mentalidade jurídica e história do direito.

MANOEL EDUARDO A. CAMARGOS E GOMES – UFPR - Pós-Doutor em Direito Administrativo pela Unversidad de Burgos. Doutor em Direito do Estado pela Universidade Federal de Santa Catarina. Mestre em Instituições Jurídico-Políticas pela Universidade Federal de Santa Catarina. Professor do Curso de Graduação e Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Paraná. Líder do Grupo de Pesquisa Controle do Estado. Advogado sênior e sócio do escritório Felippe, Gomes e Isfer Sociedade de Advogados.

MANOEL J SOUZA NETO - Cons. Nacional de Políticas Culturais - Membro do Conselho Nacional de Políticas Culturais - CNPC (2010/12). Produtor da cena independente dos anos 90, responsável por shows, selo (gravadora indie), fanzines, programas de rádio. Fundador do MUSIN – Museu do Som Independente; Autor (org) do livro A [dês]Construção da Música na Cultura Paranaense (2003), fonte de referência em centenas de trabalhos científicos e jornalísticos. Integrante do Fórum Nacional de Música (2005/12), Câmara e Colegiado Setorial de Música do CNPC/MINC (2005/12), Rede Música Brasil (2010/11); Graduando em ciência política 2012.

MARCIA CARLA PEREIRA RIBEIRO – UFPR - Possui graduação em Direito pela Universidade Federal do Paraná (1987), mestrado em Direito pela Universidade Federal do Paraná (1994) e doutorado em Direito pela Universidade Federal do Paraná (1998). Atualmente é professora titular da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, professora associada da Universidade Federal do Paraná, advogada, Procuradora do Estado - ex-Procuradora Geral do Estado do Paraná. Foi professora visitante em estágio de pós-doutoramento na Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas e pesquisadora convidada da Université de Montréal. Tem pós doutorado pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. Consultora da Fundação Araucária de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Paraná e é integrante de conselhos editoriais e consultivos de Revistas Especializadas. Pesquisadora de Produtividade da Fundação Araucária (2012/2013). É coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Direito da PUCPR. Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito Comercial e Contratual, atuando principalmente nos seguintes temas: empresa, direito empresarial, direito falimentar, análise

econômica do Direito e direito contratual. Ex-Presidente da ADEPAR - Associação Paranaense de Direito e Economia (2009-2011) e da ABDE - Associação Brasileira de Direito e Economia (2010-2011).

MARCOS AUGUSTO MALISKA – UFPR - Mestre (2000) e Doutor (2003) em Direito Constitucional pela Universidade Federal do Paraná, com estudos de doutoramento (Doutorado Sandwich) na Ludwig Maximilians Universität, em Munique, Alemanha (2002-2003). Professor Adjunto de Direito Constitucional do Programa de Mestrado em Direito da UniBrasil, em Curitiba. Procurador-Chefe da Procuradoria Federal junto a Universidade Federal do Paraná. Realizou Pós-doutorado no Instituto Max Planck de Direito Público de Heidelberg, Alemanha (2010-2012).

MARCOS WACHOWICZ– GEDAI/UFSC - Professor de Direito na Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Professor permanente no Curso de Pós-Graduação – programas de Mestrado e Doutorado em Direito CPGD/UFSC. Doutor em Direito pela Universidade Federal do Paraná – UFPR, Mestre em Direito pela Universidade Clássica de Lisboa – Portugal. Coordenador-lider do Grupo de Estudos de Direito e Sociedade da Informação – GEDAI/UFSC. Autor da obra: Propriedade Intelectual do software e a Revolução da Tecnologia da Informação. E-mail: marcos.wachowicz@gmail.com

MONICA GUISE – FGV/SP - Possui doutorado em Direito Internacional pela Universidade de São Paulo (2011), mestrado em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina (2006) e graduação em Direito pela Universidade Estadual de Londrina (2003). Professora da Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getulio Vargas (DIREITO GV) e da Fundação Armando Álvares Penteado (FAAP).

OMAR KAMINSKI – IBDI - possui graduação em Direito pela Faculdade de Direito de Curitiba (1994) e especialização em Direito Comercial Internacional pela mesma faculdade (1999). Atualmente é presidente do Instituto Brasileiro de Política e Direito da Informática (IBDI), membro suplente do Comitê Gestor da Internet no Brasil e consultor jurídico do Centro de Atendimento a Incidentes de Segurança da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (CAIS-RNP). Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito da Informática e Internet, atuando principalmente nos seguintes temas: internet, direito, nome de domínio, privacidade e meios eletrônicos.

OONA CASTRO - Wikimedia Foundation - Possui graduação pela Faculdade Cásper Líbero (2003). Atualmente é diretora executiva - Insituto Sociocultural Overmundo. Tem experiência na área de Comunicação, com ênfase em políticas públicas de comunicação e de cultura, Direito Autoral, internet, redes, economia da cultura e da comunicação.

PABLO ORTELLADO – GPOPAI/USP - Doutor em filosofia pela Universidade de São Paulo e professor do curso de Gestão de Políticas Públicas também da Universidade de São Paulo - USP. É coordenador do Grupo de Pesquisa em Políticas Públicas para o Acesso à Informação (Gpopai) onde desenvolve pesquisas sobre os impactos do direito autoral para o acesso à informação. E-mail: paort@usp.br

PATRÍCIA AREAS – UNIVILLE/ INOVAPARQ – Possui graduação em Direito pela Universidade Estadual de Maringá (2000), especialização em Direito Civil e Processual Civil pelo Centro Integrado de Ensino Superior (2002), especialização em Direito e Negócios Internacionais pela Universidade Federal de Santa Catarina (2004) e mestrado em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Santa Catarina (2006). Atualmente é doutoranda em Direito na Universidade Federal de Santa Catarina e na Universidad de Valencia. Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Propriedade Intelectual e Direito Internacional, atuando principalmente nos seguintes temas: propriedade intelectual, direito autoral, software, inovação, comércio internacional, contratos internacionais, desenvolvimento e direito internacional privado.

PAULA A. FORGIONI – USP - Professora Titular e chefe do Departamento de Direito Comercial da USP. Livre-docente pela Faculdade de Direito da USP. Possui graduação em Direito pela Universidade de São Paulo (1989) e Doutorado em Direito pela Universidade de São Paulo (1996). Autora dos livros Os Fundamentos do antitruste - 3ª ed., Os Contratos de distribuição - 2ª. ed., Sociedade por Ações - casos e comentários, em co-autoria com Prof. Paulo Messina, publicados pela Editora Revista dos Tribunais, O Estado a empresa e o contrato, em co-autoria com Prof. Eros Roberto Grau, publicado pela Editora Malheiros, além de vários artigos publicados em revistas especializadas.

PAULO MIGUEZ – UFBA - Graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal da Bahia UFBA (1979), mestre em Administração (UFBA, 1995) e doutor em Comunicação e Culturas Contemporâneas (UFBA, 2002). Atualmente é professor do Instituto de Humanidades, Artes e Ciências da UFBA e do Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade (UFBA), do qual foi coordenador entre 2010 e 2012, e pesquisador do CULT - Centro de Estudos Multidisciplinares em Cultura (UFBA). Foi Assessor Especial do Ministro Gilberto Gil e Secretário de Políticas Culturais do Ministério da Cultura, de 2003 a 2005, e membro do Conselho Estadual de Cultura da Bahia, entre 2009 e 2011. Principais áreas de interesse: estudos sócio-econômicos da cultura; políticas culturais; e estudos da festa, com ênfase no carnaval.

PAULO TEIXEIRA (PT-SP) – Advogado e mestre em Direito do Estado pela USP. Deputado do Partido Trabalhista. Líder da bancada do Partido dos Trabalhadores na Câmara, em 2011. Seu mandato é referência nas questões urbana, ambiental e de tecnologia. Ativista da liberdade na rede. Defensor do software livre e da democratização da comunicação. Atuante na discussão do Marco Civil da Internet e autor do Projeto de Lei que tipifica crimes digitais. Autor da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Moradia Digna e do PL que cria o Serviço de Moradia Social. Autor do PL da Cesta Básica, que desonera os produtos componentes da Cesta Básica Nacional, e do Imposto Sobre Grandes Fortunas. Principal interlocutor do governo na discussão e aprovação do Marco Regulatório dos Resíduos Sólidos. Autor do PL de Incentivo às Energias Renováveis, recebeu prêmio da ABEEOLICA (Associação Brasileira de Energia Eólica), por seu apoio à viabilização da entrada da "energia dos ventos" na matriz energética brasileira. Foi considerado um dos 100 nomes que fizeram a luta contra a AIDS no Brasil, por seu trabalho junto aos portadores do vírus HIV.

PEDRO DE MIGUEL ASENSIO–UNIV. COMPLUTENSE DE MADRID/ESPANHA – Professor de Direito Internacional Privado da Universidad Complutense de Madrid, Doutor em Direito pela UCM, Mestre em Direito pela Universidade de Amsterdã, Graduado em Direito pela UCM.

PEDRO PARANAGUÁ - Assessor Técnico da Bancada do PT na Câmara dos Deputados, para Internet, direitos autorais, patentes, privacidade online, cibercrimes e afins. Mestre (cum laude) em Propriedade Intelectual, Internet e Policy (Londres), com bolsa da Comissão Europeia. Doutorando na mesma área (Duke). Professor da pós-graduação em Direito Empresarial da FGV. Foi professor convidado da Duke University School of Law (2011). Foi professor em tempo integral da FGV DIREITO RIO, Diretor do programa A2K Brasil do Centro de Tecnologia e Sociedade (CTS-FGV) e Diretor Acadêmico-Executivo dos cursos de Direito do FGV Online, e Co-Representante do Creative Commons no Brasil (2005-2010). Comissionou estudos sobre direitos autorais e tecnologia para o Ministério da Cultura. Auxiliou o então Senador Mercadante na redação do PL de Cibercrimes. Foi representante da FGV na Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI-ONU), em Genebra (2005-2009). Deu treinamento para a Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB). Foi membro do Projeto Software Livre-Brasil. Foi advogado do escritório Gusmão e Labrunie (2001-2003). Foi Project Manager de patentes e acesso a medicamentos e bolsista da Médico Sem Fronteiras. Palestrante no Brasil e no exterior (Supremo Tribunal Federal, Senado Federal, Yale, UCLA, UNESCO, UNCTAD, OMPI etc). Autor dos livros "Direitos Autorais" (c/ Sérgio Branco) e "Patentes e Criações Industriais" (c/ Renata Reis), FGV 2009. Fotógrafo amador.

PEDRO PUNTONI – USP - Possui graduação em História pela Universidade de São Paulo (1989), mestrado (1992) e doutorado (1998) em História Social pela mesma Universidade. É professor doutor da Universidade de São Paulo e pesquisador do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Foi pesquisador do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap), entre 1991 e 2008. Foi pesquisador visitante no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (2001), onde desenvolveu seu pós-doutoramento. Desde 2001, é membro do conselho gestor da Cátedra Jaime Cortesão (FFLCH-USP). Exerce a função de vice-coordenador do Programa de Pós-graduação em História Econômica da USP (tendo sido coordenador no período de 2005-2007). Atualmente, é Diretor da Biblioteca Brasiliana Guita e José MIndlin da USP e coordenador do Projeto Brasiliana USP. É presidente do Conselho Supervisor do Sistema Integrado de Bibliotecas (SIBi) da USP. E-mail: puntoni@usp.br

RANGEL OLIVEIRA TRINDADE - GEDAI/UFSC - Mestre em Direito, sub-área Direito e Relações Internacionais pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Graduado em Direito pela UniRitter/RS. Atualmente é pesquisador do Grupo de Estudos em Direito Autoral e Sociedade da Informação (GEDAI/UFSC/CNPq). Menção Honrosa/2 lugar no Prêmio AJURIS de Direitos Humanos 2006. Advogado.

RODRIGO KANAYAMA – UFPR - Advogado. Professor Assistente do Departamento de Direito Público da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná (disciplina de Direito Financeiro). Coordenador do Curso de Direito da Universidade Federal do Paraná. Doutor em Direito do Estado pela Universidade Federal do Paraná. Conselheiro Estadual (suplente) da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Paraná. Membro das comissões de Estágio e Exame de Ordem e de Ensino Jurídico da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Paraná.

RONALDO LEMOS – FGV/CTS/RIO - Graduado em direito pela Universidade de São Paulo, mestre em direito pela Universidade de Harvard, doutor em direito pela Universidade de São Paulo. Professor titular e coordenador da área de propriedade intelectual da Escola de Direito da Fundação Getulio Vargas - RJ. Diretor do Centro de Tecnologia e Sociedade (www.direitorio.fgv.br/cts). Professor visitante da Universidade de Princeton, afiliado ao Center for Information Technology Policy. Professor visitante da Universidade de Oxford (Michaelmans term, 2005). Diretor do projeto Creative Commons no Brasil. Co-fundador do projeto Overmundo (www.overmundo.com.br), vencedor do Golden Nica na categoria Digital Communities do Prix Ars Electronica 2007. Coordenador dos projetos A2K Brasil (www.a2kbrasil.org.br), Cultura Livre (www.culturalivre.org.br) e Open Business (http://www.overmundo.com.br/tag/open-business). .

ROZANGELA CURI PEDROSA – Diretora do Departamento de Inovação Tecnológica da Universidade Federal de Santa Catarina. Doutorado em Farmácia - Bioquímica, área Metabolismo de Fármaco, na Universite de Montpellier II - França (1992) e Pos-doutorado em Bioquimica Toxicologica na Universite de Catholique de Louvain. Professor Associado I I no Departamento de Bioquimica do Centro de Ciências Biológicas da Universidade Federal de Santa Catarina.

SÉRGIO LUIZ KUKINA – Procurador de Justiça no Ministério Público do Estado do Paraná. Professor de Direito. Mestre em Direito pela PUCPR. Atualmente é chefe da Coordenadoria de Recursos Cíveis do Ministério Público, em Curitiba.

SÉRGIO STAUT - é bacharel em Direito pela Universidade Federal do Paraná (1999), Mestre (2002) e Doutor (2009) pelo Programa da Pós-graduação em Direito da Universidade Federal do Paraná. Atualmente é professor Adjunto da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná - UFPR, professor da Faculdade de Direito da Universidade Tuiuti do Paraná - UTP, professor do Mestrado em Psicologia Forense da Universidade Tuiuti do Paraná - UTP (disciplina: Fundamentos do Direito), professor do Centro de Estudos Jurídicos do Paraná - Curso Prof. Luiz Carlos e professor da Fundação Escola do Ministério Público do Estado do Paraná - Fempar. Tem experiência na área de Direito Civil, Introdução ao Estudo do Direito, Teoria do Direito e História do Direito, atuando principalmente nos seguintes temas: posse, propriedade e direitos autorais. Advogado, membro das Comissões de Educação Jurídica e de Responsabilidade Civil da Ordem dos Advogados do Brasil - Seção do Paraná.

SERGIO VIEIRA BRANCO JÚNIOR - FVG/Rio-CTS - Doutor e Mestre em Direito Civil pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro UERJ. Líder de Projetos do CTS - Centro de Tecnologia e Sociedade da FGV Direito Rio. Professor de direito civil e de propriedade intelectual da graduação e da pós-graduação da FGV Direito Rio. Professor da Rede Conveniada da FGV. Ex-Procurador-Chefe do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação ITI. Ex-Coordenador de desenvolvimento acadêmico do programa de pós-graduação da FGV Direito Rio. Autor do livro Direitos Autorais na Internet e o Uso de Obras Alheias e da tese;O Domínio Público no Direito Autoral Brasileiro - Estrutura e Função;. Especialista em propriedade intelectual pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro PUC-Rio. Pós-graduado em cinema documentário pela FGV. Graduado em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro UERJ. Advogado no Rio de Janeiro.

SIMONE LAHORGUE – EMERJ - Possui graduação em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1987), especialista em Direito Comercial pela Fundação Getúlio Vargas RJ (1988), mestrado em Direito Econômico e Financeiro pela Universidade de São Paulo (1996) e doutorado em Direito Econômico e Financeiro na Universidade de São Paulo (2010). Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito Comercial e Propriedade Intelectual.

VALENTINA DELICH – FLACSO/Argentina - Advogada (UBA), Master of Arts em Relações Internacionais, The American University, Washington DC, Doutora em Direito Internacional pela Faculdade de Direito da Universidade de Buenos Aires. Atualmente é diretora do Programa de Direitos e os bens públicos e Diretora Acadêmica do Mestrado em Propriedade Intelectual em FLACSO-Argentina. Ela ensina Direito Internacional Público e Direito Econômico Internacional na UBA e professora de Propriedade Intelectual na FLACSO-Argentina. Pesquisadora associada na área de relações internacionais FLACSO.

VALÉRIA M. TEIXEIRA – SEEC – Historiadora e Diretora-geral da Secretaria de Estado da Cultura.

VANESSA IACOMINI- UFF - Professora da Universidade Federal Fluminense - UFF. Lider do grupo de pesquisa em direito, saúde e bioética clínica - consentimento informado na relação médico-paciente: análise do contexto ético e jurídico sobre seus fundamentos. Integrante do Projeto da pós-graduação em direito da PUCSP sobre Mudanças Climáticas com apoio da Vale do Rio Doce. Presidente do Instituto Brasileiro de Biodireito. Vice-presidente da Academia Brasileira de Direito Internacional. Autora de obras jurídicas.

VICTOR DRUMMOND – ABPI/ASEDA - É advogado especializado no tema de Direito Autoral, professor universitário no Rio de Janeiro e professor convidado de universidades em Portugal e Espanha. Mestre em Direito pela Universidade de Lisboa-Portugal.

VICTOR HUGO PEREIRA GONÇALVES – OAB-SP - Possui graduação em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2000) e graduação em HIstória pela Universidade de São Paulo (2004). Professor da FATEC Carapicuíba em Direito Empresarial (2006-2008) e Segurança Empresarial. Pesquisador do Grupo de Perícia Forense em Sistemas Informatizados do CnPq. Vice-Presidente da Comissão de Responsabilidade Social da OAB/SP (2006-2008). Mestre em Direitos Humanos pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP).

4. Artigos Selecionados

A Construção de um Marco Regulatório para a Economia Criativa no Brasil.

A princípio há que se ter claro que o Brasil ainda inexiste um modelo nacional para os Setores Criativos ou uma Política Pública voltada para a Econômica Criativa, os primeiros passos foram dados em 2004 quando da realização do encontro quadrienal da *United Nations Conference on Trade Develop* – UNCTAD, o UNCTAD XI, em São Paulo.

A semente foi lançada e sensibilizou setores governamentais do potencial brasileiro de crescimento do mercado dos setores criativos. Nos anos que se seguiram paulatinamente alcançou o espaço central dos debates como alternativa viável de desenvolvimento sustentável, culminando no ano de 2011, quando o Ministério da Cultura houve por anunciar a criação de uma Secretaria da Economia Criativa específica dentro da estrutura.

A Economia Criativa é um conceito novo e em evolução implicando na mudança das estratégias de desenvolvimento convencionais segmentadas e reducionistas focadas nos bens intelectuais como commodities primárias e na fabricação industrial.

A Economia criativa é sistêmica, lida com as interfaces entre a economia, a cultura e a tecnologia com vistas a um desenvolvimento sustentável num movimento includente de compartilhamento, centrado no uso e acesso aos produtos criativos por meio das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs).

Nesta medida é que a Economia Criativa alcança as TICs, a educação, a arquitetura, o design, a formação de agentes criativos, os Arranjos Produtivos Locais (APL) e os Setores Criativos (SCs).

Assim, a partir do entendimento que a Economia Criativa promove o desenvolvimento sustentável e humano, de forma inclusiva social e tecnologicamente, ou seja, não se trata uma visão de mero crescimento econômico.

Contudo, para que este aspecto inclusivo se materialize na sociedade há a necessidade da dotar o ordenamento jurídico de instrumentos efetivos de proteção dos autores, que promova a difusão da diversidade cultural, que os benefícios alcancem um número maior de artistas, criadores e titulares e detentores destes direitos.

A análise dos reflexos econômicos imediatos relacionados ao florescimento de uma rica Economia Criativa no Brasil, ganha maior importância se observar como os setores criativos dinâmicos poderão ser incentivados por meio de políticas públicas que fomentem a atividade artística e fortaleçam a diversidade cultural do país. É preciso ter-se claro que na Economia Criativa somente se torna viável num contexto de desenvolvimento sustentável com liberdade e abundância, diferente da Economia Industrial que se funda no modelo econômico Taylorista da escassez e da restrição como lógica de valor da Sociedade Industrial.

Com efeito, a Economia Criativa vem trazer uma visão mais atualizada e compatível com a Revolução da Tecnologia da Informação inerente a Sociedade Informacional, vale dizer: Se a lógica da escassez da Sociedade Industrial era a de que os produtos não circulassem amplamente para agregar valor; a lógica da abundância da Economia Criativa é a de que a criatividade, insumos dos setores criativos é abundante, e que, o valor atribuído ao bem (produto criativo) será maior quanto mais eles circule gerando novas dinâmicas, reinventando esses bens e serviços dessa economia através das indústrias criativas.

Importância econômica dos setores criativos a nível mundial foi mensurada pela OMPI implicando (direta ou indiretamente relacionadas ao Direito Autoral) equivale atualmente a mais de 7% do PIB dos países desenvolvidos. No Brasil dados de 2006 apontou o percentual dos setores criativos de 21,8% do total da força de trabalho (equivalente a 7,6 milhões de trabalhadores, contribuindo com 16,4 do PIB, percentual equivalente a R$ 381,3 bilhões de reais (dados SISTEMA FIRJAN/2008).

Na lógica de funcionamento da Economia Criativa não é suficiente que o Direito Autoral apenas tutele a diversidade de conteúdos de um titular, mas também, propicie a existência de uma grande

diversidade de titulares possibilitando seu acesso e circulação por meio das novas Tecnologias da Informação e Comunicação. Nestes vetores reside à base da promoção de políticas públicas para o florescimento e fortalecimento dos setores criativos dinâmicos em todos os Estados.

É precisamente neste sentido que a CONVENÇÃO DA DIVERSIDADE CULTURAL DA UNESCO define políticas e medidas culturais como sendo aquelas relacionadas à cultura, seja no plano local, regional, nacional ou internacional, que tenham como foco a cultura como tal, ou cuja finalidade seja exercer efeito direto sobre as expressões culturais de indivíduos, grupos ou sociedades, incluindo: (i) a criação, (ii) produção, (iii) difusão e distribuição de atividades, bens e serviços culturais, e o (iv) acesso aos mesmos.

A construção de um marco regulatório para a Economia Criativa no Brasil necessita de uma nova visão dos Direitos Autorais com um novo equilíbrio entre os interesses privados do autor com os interesses públicos da coletividade, assim balizados:

(i) não num modelo de negócio que cria uma escassez artificial por meio de um regime jurídico de direitos exclusivos;
(ii) não mais o foco da proteção exclusiva do bem intelectual apenas com vistas a resguardar o retorno do investimento e/ou desenvolvimento econômico, mas que sejam fundados nos princípios de sustentabilidade e de inclusão social/cultural/tecnológica;
(iii) não mais a proteção maximalista dos interesses daqueles que comercializam, que promovem e que divulgam, minimizando os interesses dos autores que efetivamente criam;
(iv) não mais de um desenvolvimento que não seja capaz de reduzir as desigualdades, de gerar trabalho e renda, educação e cidadania plena; e,
(v) não mais uma visão de um direito exclusivo absoluto do autor, mas perceber a dimensão pública e privada do Direito Autoral compreendendo a sua importância para a manutenção das pessoas que participam com sua criatividade na base dinâmica da Economia Criativa.

É nesta perspectiva, com uma nova visão dos Direitos Autorais num ambiente digital fomentar efetivamente a profissionalização e o fortalecimento da atividade artística criadora, desenvolvida pelos compositores, músicos, dubladores, produtores e demais prestadores de serviços de natureza artística na lógica da Economia Criativa.

O marco regulatório maior para a Economia Criativa deve ao perceber o contexto econômico subjacente dos setores criativos nacionais, de seus fatores de produção/criação/comercialização que criarão vantagens para todos os partícipes, e assim, instrumentalizar por meio de leis as Políticas Públicas voltadas ao fomento das externalidades positivas inerentes a estes setores criativos, a saber:

(i) maior oferta e concentração de mão de obra qualificada com geração e difusão de conhecimentos tácitos,
(ii) maior fluxo de consumidores e consolidação de mercados,
(iii) fortalecimento da economia local no setor de serviços,
(iv) maior ganho de infraestrutura e interesse do Poder Público em proporcionar melhor infraestrutura e segurança,
(v) maior produção e difusão de informações, de conhecimento e de bens intelectuais; e,
(vi) endogeinização de habilidades com utilização plena da capacidade produtiva para suprir demandas minimizando a necessidade de agentes externos. Aqui reside a importância da construção de um marco regulatório adequado para a Economia Criativa viabilizando o florescimento e o fomento dos setores criativos como um agente de inovação capaz de criar e agregar valor a bens e produtos propiciando um desenvolvimento sustentável para o país, com a redução das desigualdades regionais e redução da pobreza dentro da lógica estrutural da Econômica Criativa.

Sem dúvida o Brasil com um marco regulatório adequado, com o equilíbrio os interesses públicos e privados presentes na Economia Criativa, terá condições de buscar novas formas de enfrentar

os desafios competitivos da mundialização dos mercados e da concorrência entre bens e serviços criativos.

Agora não mais baseada na lógica da velha concorrência em cujo foco unicamente repousava na questão do preço, na busca incansável de mão de obra barata, na substituição linear de mão de obra por tecnológica, mas uma nova lógica concorrencial, na qual que o foco está na inovação, na solução criativa e no caráter simbólico e intangível dos bens e produtos criativos com base de desenvolvimento sustentável para um Brasil Criativo.

Marcos Wachowicz

Coordenador do Grupo de Estudos de Direito Autoral e Informação - GEDAI

4.1 Temas de Direito Autoral e Sociedade Informacional

4.1.1. "Somos todos potencialmente *Homo Sacer*!": A "subjetividade sem substância" como produto do sistema de direito autoral contemporâneo

Autor: Márcio Pereira

RESUMO: com os olhos voltados para a crescente privatização promovida pelas indústrias culturais das chamadas "áreas comuns da cultura", desejamos desenvolver neste breve trabalho a ideia de que, entre nós, está se forjando um paradigma de indivíduos despossuídos de sua substância simbólica, isto é, de "subjetividades sem substância". Para dar fôlego à ideia, trabalharemos com os conceitos de homo sacer e vida nua, desenvolvidos por Giorgio Agambem e radicalizados por Slavoj Žižek. Espera-se com isso embasar a tese de que o sistema de direito autoral contemporâneo encampado pelas indústrias culturais, ao promover o despojamento de nosso acervo cultural comum, vivifica, no plano cultural, a sinistra figura do homo sacer romano, tornando-a o "referente fundamental de nosso tempo".

PALAVRAS-CHAVE: INDÚSTRIAS CULTURAIS; SISTEMA DE DIREITO AUTORAL (COPYRIGHT); HOMO SACER; VIDA NUA.

4.1.2. O direito de autor constitucionalizado: apontamentos iniciais cerca das inovações tecnológicas na Sociedade da Informação e seus impactos sobre o direito autoral

Autores: Eduarda Simonetti Pase e Paulo Renato de Morais Silva

RESUMO: O presente estudo tratará acerca do fenômeno denominado constitucionalização do direito privado, voltado para a seara do Direito de Autor, bem como das suas limitações e como elas estão sendo aplicadas frente às constantes evoluções tecnológicas, ou seja, diante das inúmeras formas de compartilhamento de dados que, hodiernamente estamos sujeitos. Dessa forma, buscar-se-á abandonar a visão individualizada do direito privado objetivando unir-se ao perfil constitucional, garantindo, portanto, a realização da função social, princípio constitucional que, ao mesmo tempo em que garante a proteção dos interesses do autor, realiza direitos fundamentais presentes do texto constitucional, dentre eles, à cultura, à educação e o conhecimento. Nesse sentido, o artigo versa sobre os impactos que a evolução tecnológica causa no direito de autor e as dificuldades que as redes de compartilhamento de arquivos trouxeram do ponto de vista da eficácia das ações de controle, pela impossibilidade de fiscalização da cópia privada, hoje legalmente considerada violação, além da impossibilidade técnica de se conhecer o primeiro violador, ou de encontrá-lo, bem como a todos os demais integrantes dessa corrente. Isso porque as ações que tornam efetivas as punições iniciam-se dentro de uma base territorial, física, o que inexiste no mundo virtual. Assim, as leis de proteção aos direitos, bem como as leis de fiscalização, pela ausênsia de mecanismos seguros de ação, encontram-se hoje num patamar de eficácia bastante reduzido.

PALAVRAS-CHAVE: DIREITO DE AUTOR; CONSTITUIÇÃO FEDERAL; FUNÇÃO SOCIAL; INTERNET; CONSTITUCIONALIZAÇÃO.

4.1.3. A função social do direito autoral a partir da constitucionalização do direito privado: uma necessidade imperiosa para a concretude do texto constitucional

Autores: Michele Braun e Grace Kellen de Freitas Pellegrini

RESUMO: O presente trabalho tem por finalidade tratar da função social do Direito Autoral, decorrente da nova ordem social, que ganhou força no Brasil com a promulgação da Constituição Federal de 1988, orientando a leitura de legislação infraconstitucional sob os preceitos da Carta Magna. Assim, o trabalho traz reflexões acerca da leitura da Lei de Direito Autoral, especialmente no que tange à visão individualista

e patrimonialista que cerca esta legislação, o que permite traçar um paralelo com os aspectos sociais que devem, a partir de 1988 estarem presentes nas leis brasileiras, tendo em vista os valores expostos na Constituição Federal. Logo, o que se pretende com o presente artigo é estabelecer uma visão geral e objetiva sobre os modernos conceitos constitucionais que conferem respaldo aos direitos fundamentais como o direito de acesso à educação, à informação e à cultura em relação ao Direito Autoral, permitindo uma visão crítica e que promova os mais caros axiomas constitucionais. Para tanto, o trabalho foi dividido em três partes, de início, após breve explanação da história dos direitos autorais no introito, fez-se uma análise da proteção legal dos Direitos de Autor no Brasil. Na sequência, a constitucionalização dos direitos autorais foi tratada. Ao final, a função social dos direitos autorais restou aprofundada.

PALAVRAS-CHAVE: DIREITO AUTORAL; FUNÇÃO SOCIAL; EDUCAÇÃO; CULTURA; INFORMAÇÃO.

4.1.4. A constitucionalidade do direito autoral e a lei 9.610/1998 no ordenamento jurídico brasileiro

Autores: Grace Laine Pincerato Carreira e Marcia Sadi Haron Cardoso

RESUMO: Analisa, brevemente, a evolução do Direito Autoral nas Constituições Brasileiras desde o período Colonial até o ano de 1967. Ressalta a importância da Constituição Federal de 1988 para os direitos intelectuais. Analisa, condensadamente, os aspectos relevantes da Lei de Direito Autoral no. 9.610 de 1998. Reflete sobre os conflitos existentes entre o art. 5º, incisos XXVII e XXVIII e o art. 215 da Constituição Federal de 1988. Aduz à hierarquia e harmonização das normas jurídicas vigentes.

PALAVRAS CHAVES: Direito Constitucional, Direito do Autor, Hierarquia e Harmonização.

4.1.5. Porque o saber se transformou em propriedade? Uma análise de seu surgimento e de seus reflexos na implementação de políticas públicas no Brasil

Autores: Thaís Carnieletto Muller e Grace Kellen de Freitas Pellegrini

RESUMO: O objetivo deste artigo é discutir o conhecimento pós-moderno. Para tanto, necessita refletir o saber, a produção científica, o avanço da sociedade capitalista no mundo do conhecimento e a transformação da saber em propriedade. Por fim, tece considerações acerca das políticas públicas como meios de concretização dos direitos fundamentais, desde que sua implementação seja feita em consonância com os dispositivos principiológicos dos texto constitucional. A condição pós-moderna, de Lyotard (2002) servirá de alicerce para esta discussão, amparada, ainda, pelas ideias de autores como Morin (2003), Harvey (2005), entre outros. Espera-se, com esta discussão, contribuir para a reflexão acerca da transformação do saber em propriedade intelectual implementada através de políticas públicas, permitindo não só o estabelecimento da discussão, mas sua formação critica, de modo a demonstrar que as políticas públicas de propriedade intelectual devem ser alicerçadas sob um viés que promova e fecunde na sociedade os valores expressos no texto constitucional, permitindo a consecução dos princípios previstos não só como objetivos gerais da sociedade, mas também contidos como premissas para a economia e livre iniciativa. Desse modo, após breve introito, o trabalho analisa em tópico específico o saber como força produtora. Posteriormente, em um segundo momento, a transformação do saber em propriedade. Para, ao final, tecer considerações acerca das políticas públicas de propriedade intelectual.

PALAVRAS-CHAVE: CONHECIMENTO; LEGITIMAÇÃO; PROPRIEDADE; POLÍTICAS PÚBLICAS.

4.1.6. Os BRICS e as limitações aos direitos autorais

Autor: Fabiano Barreto

RESUMO: As limitações e exceções legais ao direito de autor absoluto estão entre as ferramentas mais importantes para que os legisladores nacionais consigam equilibrar a tutela do direito individual de exploração da obra com a tutela do direito coletivo de acesso à cultura, atendendo às necessidades específicas de seus respectivos países. As eventuais imperfeições do sistema de proteção autoral impactam prejudicialmente no desenvolvimento das indústrias criativas. Além disso, restingem o acesso dos povos à cultura, à informação e ao conhecimento, consequentemente, trazem impactos negativos ao bem-estar social e econômico, prejudicando a inovação e a criatividade. Entre questionamentos sobre a eficácia da Lei 9.610/98 no fomento do desenvolvimento da economia criativa brasileira, a presente pesquisa utiliza o Direito Comparado como ferramenta para identificar entre os países do agrupamento BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) convergências e divergências, a fim de observar as soluções por eles encontradas, no que diz respeito à promoção e circulação de bens intelectuais.

PALAVRAS CHAVES: DIREITOS AUTORAIS, LIMITAÇÕES, DIREITO COMPARADO, BRICS.

4.1.7. O autor entre o ser e o ter: caminhando para a repersonalização

Autores: Rosalice Fidalgo Pinheiro e Rui Carlos Sloboda Bittencourt

RESUMO: Ao incluir o direito autoral no rol dos direitos fundamentais faz-se necessário tornar mais incisiva a separação entre os direitos morais e os direitos patrimoniais que compõem este direito subjetivo tão peculiar. O direito autoral encontra-se na fronteira entre o "ter" e o "ser" do sujeito. Com base na noção de repersonalização do direito civil, há que se cuidar para que o "ter" não tenha a mesma tutela jurídica que o "ser". Para tanto, o primeiro passo será definir quem é o autor, sujeito de tais direitos e qual a vantagem ou desvantagem que a sociedade tem quando decide dar status de valor fundamental à proteção da criação deste sujeito. Como ponto de equilíbrio para esta questão encontramos a aplicação do conceito de função social da propriedade também à propriedade intelectual. O autor proprietário passa a ter também deveres, não só direitos. A sociedade tem o dever de respeitar a propriedade do indivíduo que resulta da expressão de sua personalidade mas este passa a ter deveres para com o bem-estar comum. A propriedade intelectual deve servir para incentivar a produção de mais bens culturais e não para que se exerça abusivamente um direito de exclusividade de modo a obter vantagens, sejam elas financeiras ou não.

PALAVRAS-CHAVE: Direito de autor, Direitos fundamentais, Direitos da personalidade, Repersonalização.

4.1.8. Reflexões sobre os requisitos jurídicos da obra intelectual protegida pelo direito de autor

Autor: Fernando Previdi Motta

RESUMO: O presente artigo tem por finalidade auxiliar na compreensão dos contornos atuais do direito autoral, em especial, no que diz respeito aos elementos que definem a obra intelectual protegida. Busca refletir sobre as razões que justificam a apropriação privada da informação, por meio de apontamentos sobre os requisitos exigidos pelo direito autoral, para que determinada forma de expressão intelectual possa ser enquadrada como obra incorpórea objeto de direitos de exclusivo. Este trabalho destaca que o exponencial aumento da comunicação, bem como a facilidade de armazenamento, reprodução e manuseio de conteúdos informacionais, fruto da internet e do mundo digital, colocou em evidência a necessidade de maior rigor na análise e interpretação dos fundamentos e requisitos exigidos pelo regime especial, para a outorga da tutela autoral. A partir do resgate dos fundamentos da propriedade intelectual, este artigo busca contribuir para o debate sobre os limites do âmbito da proteção, que permite a um determinado indivíduo reclamar poderes de domínio e controle sobre suas manifestações no mundo cultural. Traz, ainda, uma crítica a movimentos de banalização dos direitos autorais e defende a necessidade da existência de uma estrutura mínima, nas chamadas criações intelectuais, para que se justifique a outorga de direitos de exclusivo a determinado indivíduo. Com base na legislação autoral brasileira e na Convenção de Berna, analisa o conceito de obra intelectual protegida, discorrendo sobre aspectos pontuais de seus diversos elementos, tais como a forma literária e artística da obra, a originalidade, a intelectualidade, a criatividade, a estética, a exteriorização, a temporalidade e o desimpedimento.

PALAVRAS CHAVES: OBRA INTELECTUAL PROTEGIDA; DIREITO AUTORAL; INTERNET; REQUISITOS; ESTRUTURA MÍNIMA.

4.2 Direito Autoral, Economia Criativa e Novas TIC's

4.2.1. A revanche digital contra a prisão cultural do direito do autor

Autores: Ângela Kretschmann e Gabriel Borges dos Santos

RESUMO: O texto explora o duplo ponto de vista vinculado à ação de disponibilização e liberdade de acesso a obras protegidas pelo direito de autor. Toma como exemplo o empreendimento Google na digitalização de obras: assim como pode ser tomado como um grande pirata, por disponibilizar obras e violar direitos autorais, pode também ser visto como libertador de uma cultura presa. É assim a revanche digital contra a prisão cultural estabelecida e instrumentalizada pelo direito de autor.

PALAVRAS-CHAVE: DIGITALIAÇÃO, DIREITO AUTORAL, PIRATARIA, ACESSO.

4.2.2. Transformação criativa na Sociedade Informacional

Autor: Alexandre Pesserl

RESUMO: A partir da análise de uma sentença do Tribunal Constitucional alemão versando sobre a reutilização de trechos de obras de terceiros numa obra autoral, são reunidos elementos constitutivos do conceito de "transformação criativa": de um lado, há o autor que necessita da proteção contra a exploração desautorizada de suas obras. Do outro, há o interesses de outros autores, em criar e discutir arte num ambiente livre protegido de usurpações em termos de conteúdo ou limitados pela ameaça de repercussões financeiras. Numa situação na qual duas posições constitucionalmente protegidas (o direito de criar arte (liberdade de expressão) versus o direito de autor (análogo à proteção da propriedade)) estão em conflito, deve se proceder à análise ponderativa dos direitos em choque, tendo sempre como norte o interesse público. A própria obra, protegida pelo direito de autor, pode se tornar o ponto de partida para uma nova discussão artística; e tal integração social justificaria esta usurpação no direito autoral original. Este conceito – a transformação criativa – mantém sua presença de forma consistente na história da arte e da cultura, e seu valor é inerente para a criação artística. Também são traçadas distinções entre conceitos similares, como o plágio – conduta ilícita que atinge o núcleo mais profundo do direito autoral, qual seja, a própria paternidade da obra, para fazer crer aos leitores que quem a assina é seu verdadeiro autor; e a paródia, que consiste numa imitação burlesca ou satírica de determinada obra, utilizando a ironia e o deboche. Nos termos da legislação em vigor, "são livres as paráfrases e paródias que não forem verdadeiras reproduções da obra originária nem lhe implicarem descrédito". A paródia se diferencia da transformação criativa; enquanto esta vai utilizar elementos pré-existentes para criar uma obra nova que pode ou não referenciar a obra original, aquela vai remeter necessariamente ao original, obtendo seu efeito artístico geralmente pelo uso humorístico dos elementos criativos. Finalmente, tais questões são visualizadas sobre o pano de fundo da sociedade informacional, com a digitalização de conteúdos e o consequente barateamento dos custos de produção e distribuição de obras artísticas, demonstrando a tensão existente entre os direitos autorais e a liberdade de expressão.

PALAVRAS CHAVE: DIREITOS AUTORAIS, TRANSFORMAÇÃO CRIATIVA, PLÁGIO, PARÓDIA, LIBERDADE DE EXPRESSÃO

4.2.3. Novas tecnologias: difusão do conhecimento por meio do software livre como justiça com equidade

Autores: Luiz Gonzaga Silva Adolfo e Caroline Porto de Magalhães

RESUMO: Na sociedade contemporânea, as novas tecnologias de comunicação e informação destacam-se como forma de acesso ao conhecimento pelo ser humano, porquanto a ideologia do software livre representa uma ferramenta capaz de contribuir para o desenvolvimento com liberdade do usuário. O presente estudo tem como objetivo evidenciar a disseminação de ferramentas que contribuam para o desenvolvimento da sociedade, em que pese haver ponderação no que tange à função do direito de autor nas criações, mas enfocando a função social inerente às criações e fomentando sua utilização por meio de políticas públicas como forma de inclusão social. Nesse sentido, será utilizado o ideal de justiça com equidade do filósofo John Rawls, que defende o direito de liberdade do cidadão a ter condições de igualdade no acesso ao conhecimento para o desenvolvimento da sociedade.

PALAVRAS-CHAVE: SOFTWARE LIVRE; DESENVOLVIMENTO; POLÍTICAS PÚBLICAS; JUSTIÇA COM EQUIDADE.

4.2.4. Salvaguarda dos direitos de autor e combate à pirataria no Brasil e em Portugal: Azeredo e lei da cópia privada

Autores: Elisianne Campos de Melo Soares

RESUMO: As tecnologias digitais foram responsáveis por profundas metamorfoses em nossas atividades laborais e interações sociais. As máquinas conectadas em rede nos permitiram aceder a conteúdos produzidos nos mais distantes pontos do planeta, e estreitar os laços de conhecimento com diferentes culturas e povos.A desmaterialização e reprodução com alto teor de fidelidade de bens culturais alterou nossos hábitos de consumo. A gradual eliminação dos suportes materiais e a praticidade dos arquivos digitais fez-nos consumir cultura em quantidades e formatos jamais antes imaginados.

O advento do digital pôs em xeque os tradicionais papeis de artistas e indústrias, e levou-nos por um caminho sem alternativa: a necessidade de acompanhar as transformações que se sucederam e de adaptarmo-nos a elas. No combate a práticas como a pirataria, as legislações de muitos países foram endurecidas, e os meios jurídicos que versam sobre o tema enveredaram por caminhos radicais.

O presente estudo traz essa problemática à discussão, tomando como objetos de análise os contextos brasileiro e português.

PALAVRAS-CHAVE: BRASIL; CONTROLE; DIREITOS DE AUTOR; INTERNET; PORTUGAL

4.2.5. Economia criativa e direito autoral sob a perspectiva do comércio internacional: Capital x Estado

Autor: Amanda P. Coutinho de Cerqueira

RESUMO: A pesquisa parte da contextualização da chamada pós-modernidade. Utilizando-se de conceitos como sociedade da informação e capitalismo cognitivo, o trabalho enfatiza a tecnologização, a mundialização e a transversalidade da cultura e da criatividade na contemporaneidade. Surge o conceito de Economia Criativa como catalisador de alternativa do existente. A criatividade tida como bom negócio movimenta os debates internacionais e nacionais e colocam sob nova perspectiva a voracidade com que a questão direitos de propriedade intelectual é debatida. Em um mundo cada vez mais marcado pela superação das tradicionais dicotomias, o trabalho analisa o panorama contemporâneo da governança global e sua interrelação com o comércio internacional a partir do Acordo TRIPs – Agreement on Trade-Related Aspects of Intellectual Property Rights. O foco neste tema será a distribuição equilibrada dos Direitos Autorais da informação e da cultura, a partir da perspectiva polissêmica e multifacetada de desenvolvimento.

PALAVRAS-CHAVE: ECONOMIA CRIATIVA. COMÉRCIO INTERNACIONAL. TRIPS. DIREITO AUTORAL. DESENVOLVIMENTO.

4.2.6. A proteção das expressões culturais tradicionais pela propriedade intelectual e sua transformação em mercadoria

Autores: Guilherme Carboni e Daniele Maia Teixeira Coelho

RESUMO: Considerando que as expressões culturais, pertencentes ao patrimônio cultural imaterial, não são bens escassos, o conceito de propriedade intelectual, como instrumento de apropriação desses bens, tende a ser introduzido nas comunidades tradicionais como um discurso voltado para a "proteção" de tais criações, quando, na verdade, funciona como mecanismo de dominação. A partir desta premissa, a pesquisa propõe-se a examinar os aspectos econômicos desse processo de transformação das expressões culturais em mercadoria, por meio da criação de uma escassez artificial desses bens com base na propriedade intelectual.

PALAVRAS-CHAVE: EXPRESSÕES CULTURAIS TRADICIONAIS; PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL; PROPRIEDADE INTELECTUAL.

4.2.7. Direito autoral e difusão de tecnologia na EMBRAPA

Autores: Cássia Isabel Costa Mendes e Antônio Márcio Buainain

RESUMO: Este trabalho tem por objetivo relatar a institucionalização da proteção de obras de direito autoral, desenvolvidas pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) – vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento –, como veículos de difusão de suas tecnologias. A metodologia conta com análise das leis de direito autoral e de software e análise da política de propriedade intelectual da Embrapa. São discutidos os procedimentos de proteção às obras de direito autoral das categorias: a) produção técnico-científica (obras literárias – artigos e livros); b) desenvolvimento de tecnologia (software, serviços de informação Web, imagem de satélite e mapa); c) obras para produção da imagem institucional (programas de TV, DVD, vídeo, fotografia e programa de rádio). A conclusão aponta que a implementação da política de propriedade intelectual da Embrapa confere segurança jurídica para a difusão de suas tecnologias protegidas pelo direito autoral, possibilitando maior acesso da sociedade brasileira aos resultados de pesquisa gerados pela empresa. Também contribui para promover o equilíbrio entre o nível de proteção legal e o interesse social.

PALAVRAS CHAVES: DIREITO AUTORAL; PROPRIEDADE INTELECTUAL; EMBRAPA.

4.2.8. Uma proposta para o fim da "guerra do compartilhamento" e a legalização do P2P no Brasil

Autores: Mariana Valente e Jorge Machado

RESUMO: A reprodução não autorizada de conteúdos digitais protegidos por direitos autorais constitui um dos maiores problemas da atualidade. A ampla difusão da internet trouxe facilidades sem precedentes de compartilhamento e reprodução de obras, fazendo do direito autoral no meio digital um terreno de amplos conflito. As formas de repressão ao compartilhamento de conteúdos entre pares têm resultado em tentativas de monitoramento e controle sobre as comunicações que, longe de resolverem o problema, ameaçam direitos civis como liberdade de expressão e privacidade. Este projeto propõe dimensionar o mercado atual no direito autoral no meio digital e sugerir um modelo econômico para a legalização do P2P baseado na cobrança de uma modesta taxa

na banda larga, permitindo uma adequada remuneração dos titulares de direito autoral, ao mesmo tempo que o livre compartilhamento de conteúdos na rede.
PALAVRAS-CHAVE: P2P, COMPARTILHAMENTO, LEGALIZAÇÃO, DIREITOS AUTORAIS, INTERNET

5. Locais do Evento

O **VI CODAIP** se realizará na região central da cidade de Curitiba, no espaço cultural Santa Maria (no mapa abaixo assinalado com a letra B), nos auditórios do Mabu Hotel (no mapa abaixo assinalado com a letra A), ambos situados na Praça Santos Andrade. E, ainda, no auditório do Museu do Paço do SESC (no mapa abaixo assinalado com a letra C) na Praça Generoso Marques.

As letras abaixo correspondem aos locais apontados no mapa:

B- As palestras no **VI CODAIP** serão no Auditório Santa Maria (praça Santos Andrade), nos períodos matutino e vespertino, durante os dias 8 e 9 de outubro.

A - As apresentações dos painéis do **DIREITO AUTORAL EM DEBATE** serão no Auditório 1 do Mabu Hotel (praça Santos Andrade), no período vespertino.

A - O **Workshop sobre Recursos Educacionais Abertos** (REA) será realizado no Auditório 1 do Mabu Hotel(praça Santos Andrade), no período matutino do dia 9.

A - As **apresentações dos artigos selecionados** serão nas dependências da UFPR e no Auditório 2 do Mabu Hotel (praça Santos Andrade), no período vespertino, nos dias 8 e 9 de outubro.

C - As **OFICINAS DE CAPACITAÇÃO para o Mercado Cultural** serão realizadas no Auditório do Museu do Paço (Praça Generoso Marques), no período matutino, nos dias 8 e 9 de outubro.

6. Informações Úteis

6.1 Opções de Restaurantes

Nós oferecemos algumas sugestões de restaurantes próximos aos locais do VI CODAIP. Você, caro congressista, poderá facilmente se descolar a pé até os respectivos estabelecimentos, conforme o mapa abaixo. Aproveite!

A-Brasserie As Quatro Estações:
Nos restaurantes instalados nos hotéis da rede Mabu, o bufê homenageia, a cada dia, a culinária de uma região do país. As terças, por exemplo, tutu de feijão, ambrosia e outras receitas mineiras compõem a mesa. As quartas, a feijoada carioca toma conta do bufê e, às quintas, é a vez da moqueca de peixe à moda da Bahia atrair a atenção do público. Aos domingos, único dia em que a refeição custa R$ 45,00 por pessoa. De segunda a sábado, paga-se R$ 40,00 para consumir livremente os pratos. Na carta de bebidas, há cerveja artesanal mineira WälsPetroleum .
Localização: Hotel Mabu, rua XV de novembro, 830.
Telefone:3219-6000
Horário: 12h às 14h

B -Bistrô do Passeio:
O Bistrô do Passeio oferece bufê abastecido por saladas e pratos como o risoto de pequi e o chester com castanha. Contrafilé, alcatra e costela são alguns dos cortes de carne que podem ser grelhados ou assados para incrementar a refeição. As quartas, há também pratos mexicanos, entre eles guacamole e carne com pimentão. Aos sábados, feijoada. O quilo custa R$ 28,30.
Localização: Rua Conselheiro Laurindo, 63.
Telefone: 3029-1459
Horário: 11h20/14h40 (de segunda a sexta)

C - Mafalda:
O Mafalda Café e Bistrô serve almoços todo as dias (por quilo), jantas (à la carte) e funciona como um ótimo ambiente para happy hour. O restaurante mistura o antigo e o novo, o moderno e o arcaico, lembrando os bistrôs franceses. Os destaques do cardápio são: o mignon na mostarda e o mignon com vinho. Entre as outras opções. Mas também, há as opções de cervejas. Para dias frios, vale experimentar o chocolate quente com menta.
Localização: Rua Tibagi, 75
Telefone: 3079-1623
Horário de atendimento: De segunda a sexta, das 11h30 às 14h30. De segunda a sábado, das 18h a 1h.

D - Super Vegetariano:
Em um ambiente muito agradável e um ótimo atendimento, o Restaurante Super Vegetariano apresenta aos clientes bufê livre composto de oito pratos quentes (todos vegetarianos) e uma ampla variedade em

saladas. Para acompanhar oferece também bufê de sobremesas de opões de sucos e chás, já inclusos no preço, 15 reais por pessoa.
Localização: Rua Presidente Faria, 121.
Telefone: 3223-6277
Horário de atendimento: De segunda a sexta, das 11h30 às 15h.

E - Churrascaria Ponta Gira Grill:
De domingo a sábado, um cardápio diferente todo dia. 20 pratos quentes, 21 opções de salada, 8 de sobremesas e diversas carnes no grill. O preço varia de 15,40 à 18,90.
Localização: Rua Alfredo Bufren, 219
Telefone: 3024-0595

F -Buffet do Teatro:
Uma opção de comida caseira na região central de Curitiba, o Buffet du Teatro oferece, durante o almoço, bufê por quilo com 18 pratos quentes e 25 opções de salada. No cardápio: grãos variados, massas, grelhados (bife, frango, além de cordeiro e salmão, cobrados a parte), legumes refogados e batata suíça. Quarta e quinta são dias tipicamente brasileiros, sendo servido feijoada (quarta) e barreado (quinta).
À noite, é servido buffet de sopas e massas. São oito opções de sopas variadas, mais seis tipos de molhos para as massas que são preparadas na hora.
Localização: Rua Amintas de Barros, 39.
Telefone:3078-6989
Horário: Segunda a sexta: 11h às 15h e 18h às 22h
Sábado e domingo: não abre.

G- Jeito Mineiro:
O restaurante Jeito Mineiro oferece bufê de comida mineira por quilo (20,90) ou livre (12,50). No cardápio, que varia conforme o dia, há 20 opções de pratos quentes, 16 tipos de salada e duas sobremesas, que são cortesia. Barreado e feijoada são servidos freqüentemente.
Anexo ao restaurante, o Jeito Mineiro Café oferece 18 opções de cafés, além de compotas, cachaças mineiras, pães de queijo e de batata, entre outros quitutes.
Localização: Rua Riachuelo, 102 (sobreloja). Em frente a Praça Generoso Marques.
Telefone: 3223-3003
Horário de funcionamento: Almoço de Segunda a Sábado, das 11h às 15h.

6.2 Hospedagem

Seguem algumas sugestões de hotéis próximos aos locais do VI CODAIP:

A - Hotel conveniado para o evento: MABU ROYAL & PREMIUM HOTEL
O **MabuHotel** conta com 145 apartamentos e combina dois hotéis em um único endereço: o Mabu Royal Hotel, cinco estrelas, e o Mabu Premium Hotel, quatro estrelas. Ocupando torres independentes, os hotéis disponibilizam diárias e serviços diferenciados e, juntos, constituem a melhor alternativa de hospedagem no coração da capital paranaense. O Mabu Royal & Premium Hotel é frequentado por artistas, executivos e centenas de turistas, que nele encontram muito mais do que uma bela arquitetura e localização privilegiada na Praça Santos Andrade, entre o Teatro Guaíra e a Universidade Federal do Paraná (principais símbolos artístico-culturais de Curitiba e próximo à Rua das Flores e à Av. Marechal Deodoro).

Endereço:
Rua XV de novembro, 830 – Praça Santos Andrade -Centro - Curitiba – PR

Reservas:
Fone: (41) 3219 6000 / (41) 3219 6005
Fax: (41) 3233 7963

Site:
http://www.hoteismabu.com.br/br/royal-premium-hotel/33/o-hotel.aspx

Importante:
* A localização do hotel é ao lado da UFPR e aproximadamente 100 metros do evento.

C - Hotel conveniado para o evento: Dan Inn Curitiba Hotel (preços promocionais)
Rua Amintas De Barros, 71, Curitiba-PR (Anteriormente Deville Express Curitiba)
Telefone: (41) 3322-8558
Site:http://www.daninnhotel.com.br/hoteis/curitiba/principal.html
Importante:
* A localização do hotel é ao lado da UFPR e aproximadamente 150 metros do evento.

Outras opções hoteleiras:

B - Hotel O´Hara
Rua XV de Novembro, 770 - Curitiba - Paraná - CEP: 80.020-310
Fone:(41) 3778-6044 - (41) 3232-6044 (41) 3014-6044 Fax: (41) 3232-6732
Site: http://www.hotelohara.com.br/index.php
Importante:
* A localização do hotel é ao lado da UFPR e aproximadamente 100 metros do evento.

D - Hotel San Matin
Rua João Negrão, 169 - Centro - Curitiba - PR
Fone: 0800 970.2243- Email: info@sanmartin.com.br
Site:http://www.sanmartin.com.br/site/
Importante:
* A localização do hotel é de aproximadamente 200 metros do evento.

E - Crowne Plaza Curitiba
Rua Presidente Carlos Cavalcanti, n. 600 -Centro, Curitiba, Paraná, Brasil
Site:
http://www.ichotelsgroup.com/crowneplaza/hotels/us/en/curitiba/cwbcp/hoteldetail?cm_mmc=mdpr-_-TripAdvisorUS-_-BLwebsite-_-CP_CWBCP
Importante:
* A localização do hotel é de aproximadamente 600 metros do evento.

F - Hotel Bourbon Curitiba
Rua Cândido Lopes, 102, Curitiba - PR, 80020-060
Fone: (55) 41 32214600 - Fax: 41 32214601
Site: http://www.bourbon.com.br/br/hotel/4/bourbon-convention-curitiba/o-hotel.aspx
Importante:
* A localização do hotel é de aproximadamente 900 metros do evento.

6.3 Agências de Viagens habilitadas

A - Emcatur Viagens e Turismo Ltda.
Fone: (048) 3331 9327

B - Travel Way Viagens e Turismo
Rua Inácio Lustosa, 341- Curitiba / Paraná - Cep 80510-000
Telefone: (41) 3018-4840 Fax: (41) 3018-4840 email: tw@tw.tur.br
Site: www.tw.tur.br

6.4 Opções de lazer

"Jantar em um bom restaurante, ir ao shopping, ver um filme, enfim, são variadas opções de lazer em Curitiba. A cidade possui vários atrativos, que incluem ainda parques, bosques e praças, além de feirinhas, cinemas, bares e clubes sociais.

São atrações para todos os gostos e bolsos, desde programas ao ar livre, como uma caminhada no Parque Tingui, ou andar de pedalinho no Parque Barigui. Para os que procuram programas mais calmos e familiares, os famosos Jardim Botânico, Ópera de Arame e Museu Oscar Niemeyer, são ótimas opções.

Quem busca vários tipos de lazer em um lugar só, encontra diversos shoppings na cidade, onde é possível aproveitar o melhor da moda, assistir aos filmes mais recentes do mercado nacional e internacional, aproveitando ainda a diversidade gastronômica que as praças de alimentação dos maiores estabelecimentos deste tipo oferecem.

Ainda no quesito gastronomia, há uma grande disponibilidade de restaurantes na cidade, com grande destaque para a culinária italiana. O restaurante Madalosso é um dos mais conhecidos, especializado em massas, polenta e frango frito, é muito visitado por turistas pelas qualidades gastronômicas e pelo seu tamanho, um dos maiores do mundo.

Com certeza, pode-se afirmar que a formação cultural dos curitibanos é muito valorizada. Prova disso é que, na maioria dos bairros, encontra-se pelo menos uma biblioteca, como os conhecidos Faróis do Saber, que tem um bom acervo disponível para leitura. Existem também algumas especializadas, como a Cinemateca, com materiais sobre cinema, ou então a Gibiteca, com imensa coleção de gibis antigos.

Mas a diversão de Curitiba não está apenas dentro de quatro paredes. Com mais de 50 metros quadrados de área verde por habitante, a cidade já foi apontada diversas vezes como a capital ecológica do pais, oferecendo assim muita qualidade de vida à população e aos seus visitantes. Na capital paranaense, pode-se ter contato direto com a natureza e com ar puro, seja pelas diversas praças, bosques ou parques que aí são encontrados.

Para quem procura lazer, não faltam opções em Curitiba. Faça sol ou chuva, tem lazer para todas as idades, estilos e gostos"[1].

6.5 Telefones úteis:

(48) 3721-6746 **Grupo de Estudos em Direito Autoral e Informação**

(48) 3721 9287 **Curso de Pós-Graduação em Direito – CPGD/UFSC**

08005700100 **Telegrama Fonado Nacional e Internacional**

[1]Disponível em: <http://www.sppert.com.br/Artigos/Brasil/Paran%C3%A1/Curitiba/Lazer/Lazer_em_Curitiba/>.

Mapas: Maps.Google.com

Fotos: Flicker.com

0800 560159 **Correios**

(41) 3381 1515 **Aeroporto Afonso Pena (Curitiba)**

(41) 3254-1516 **Informações Turísticas - SETUR (Secretaria Municipal de Turismo de Curitiba)**

190 **Polícia Militar**

192 **Pronto Socorro**

193 **Corpo de Bombeiros**

0800 414-414 ou (41) 3324-2424 **Rádio Táxi**

1333 **Informações Metereológicas CLIMERH**

0800-411512 **Disque PROCON (Serviço de Defesa do Consumidor)**

0800-643-7373 **DETRAN (Informações)**

(41) 3232-6195 **Dentistas (24h)**

(41) 96521788 ou (41) 33281788 **Auto Guincho (24h)**

APOIO:

Ministério da Cultura

GOVERNO FEDERAL BRASIL PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA

Ministério da Cultura

CAPES

SISTEMA FECOMÉRCIO PR SESC SENAC IFPD

Sesc

PAÇO DA LIBERDADE SESC PARANÁ

FAPEU

FUNDAÇÃO CULTURAL DE CURITIBA

UFSC PUCPR UNIBRASIL PROCAD SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO Democracia, Desenvolvimento e Inclusão Tecnológica

EDITORA:

Editora Universitária

GEDAI EDITORA

Grupo de Estudos de Direito Autoral e Informação